

por sinal

ANO 13 ■ Nº 45/46

ESPECIAL
ELEIÇÕES
2014

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



QUE PAÍS É ESSE?

Por um voto consciente

Para esta edição especial da **Por Sinal**, “Eleições 2014: Que País é Esse?”, dedicada ao aprofundamento do debate em torno dos grandes temas que estão na ordem do dia da disputa eleitoral e de alguns mais específicos, de interesse dos servidores públicos, sobretudo do Banco Central, buscamos trazer para nossos leitores não só as posições dos candidatos e de suas equipes, como também a opinião de profissionais com experiência na gestão pública, analistas de mercado, economistas e militantes dos movimentos sociais.

Com a revista em fase de conclusão, agora, em meados de setembro, vemos nossa instituição no centro da disputa política, principalmente entre as duas candidaturas líderes das pesquisas, que transformaram a discussão sobre a autonomia do Banco Central num tiroteio acusatório, que em nada colabora para o esclarecimento da questão entre a maior parte dos eleitores. Lamentamos que um debate de tamanha importância, que trata da regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal de 1988 sobre o Sistema Financeiro Nacional, pendente há 26 anos, tenha sido tratado de forma tão simplista e preconceituosa, relevando o servidor, sua formação e capacidade técnica a um segundo ou terceiro plano, sempre vulnerável a pressões externas.

Não é de hoje que o Sinal defende a autonomia administrativa e financeira do BC, mas com o controle da sociedade. Nossa proposta prevê a criação do Conselho Nacional de Política Econômica e Financeira, em substituição ao Conselho Monetário Nacional, com 13 integrantes, formado por representantes de áreas econômicas do governo e setores da sociedade. Nesta edição, na Agenda Sinal, detalhamos melhor a proposta do sindicato de regulamentação do artigo 192.

Em diversas reportagens produzidas para este número da revista, lembramos que os governos se sucedem, promessas são feitas, mas o discurso não muda: o servidor público continua sendo o vilão, responsável pelos déficits e desequilíbrios financeiros e pela má qualidade dos serviços prestados. Esquecem, porém, que o servidor público de carreira, em qualquer país democrata, é a manutenção, a garantia da continuidade e do bom funcionamento do Estado.

O passivo dos governos com a perda continuada de direitos do funcionalismo público justifica a irritação dos servidores e a descrença em relação a possíveis mudanças. A pauta de frustrações é extensa: o reajuste salarial dos anos 2013, 2014 e 2015 não conseguiu repor a perda inflacionária; a correção da tabela do Imposto de Renda tem sido, sistematicamente, menor que do a inflação; as causas ganhas judicialmente não são pagas; e medidas meramente protelatórias são tomadas, sem a atualização de benefícios, como o auxílio alimentação e as diárias para deslocamento a serviço.

Como se isso não bastasse, os governos se omitem em regulamentar a Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva no serviço público, e lutam fervorosamente contra a votação no Congresso de qualquer matéria que implique aumento de despesas ou perda de receitas, como é o caso da PEC 555/06, que poria fim ao confisco aos aposentados e pensionistas do serviço público.

Ao mesmo tempo em que somos desvalorizados pelas atitudes registradas acima, e nossa imagem é vilipendiada pela mídia, a população clama por melhores serviços públicos e a falta do Estado, principalmente na segurança, saúde e educação.

O que os candidatos Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves têm a dizer em relação a essas demandas? Que receitas nos oferecem? Como garantir a qualidade desses serviços, sem investir na qualificação dos servidores, na valorização dos seus salários e nos seus planos de carreira?

Falta menos de um mês para as eleições, quando a sociedade decidirá quem governará o país por mais quatro anos. Esperamos ter dado nossa contribuição, enquanto Sindicato dos Funcionários do Banco Central, para que nossos leitores votem de forma consciente, apostando no futuro do Brasil. 

NR: Nas páginas finais desta edição, publicamos as entrevistas que fizemos por escrito com as candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva. O candidato Aécio Neves não conseguiu nos enviar a tempo suas respostas.

**CONSELHO NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015**

Presidente

Daro Marcos Piffer

Belém

José Flávio Silva Corrêa

Brasília

Anderson Heringer Werner

José Ricardo da Costa e Silva

Josina Maria de Oliveira

Max Meira

Belo Horizonte

Mauro Cattabriga de Barros

Curitiba

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza

Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre

Gustavo Diefenthaler

Recife

Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro

Cícero Ricardo Máximo Bezerra

João Marcus Monteiro

José Vieira Leite

Sergio da Luz Belsito

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Aparecido Francisco Sales

Natalino Yoshimi Sakamuta

Paulo Lino Gonçalves

**DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL
BIÊNIO 2013/2015**

Presidente

Daro Marcos Piffer

Diretor Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro

Diretor Financeiro

Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira

Diretor de Comunicação

Gustavo Diefenthaler

Diretor de Assuntos Previdenciários

Sérgio da Luz Belsito

Diretor de Relações Externas

Luis Carlos Paes de Castro

Diretor de Estudos Técnicos

Eduardo Stalin Silva

Diretor de Assuntos Intersindicais

Iso Sendacz

Diretor de Qualidade de Vida

José Vieira Leite

EXPEDIENTE ANO 13 NÚMERO 45/46 AGOSTO/SETEMBRO 2014

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Daro Piffer,

Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaler,

José Vieira Leite

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Baracat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos, Cristina Chacel,

Jefferson Guedes e Myrian Luiz Alves

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Ultra Set

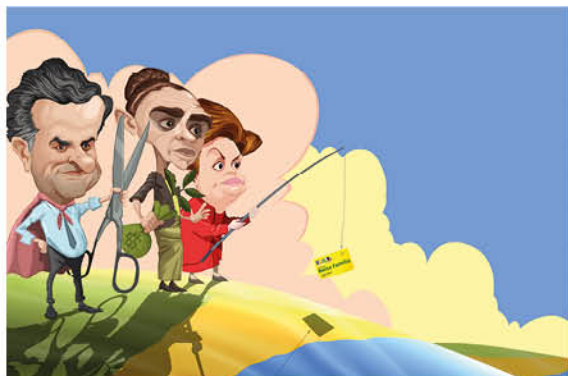
Tiragem: 7.000

Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.

www.rapportcomunica.com

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.



POLÍTICA ECONÔMICA

Os desafios do novo governo

PÁGINA 4

CIDADANIA

Serviços públicos de qualidade

PÁGINA 22



SISTEMA POLÍTICO

Que democracia queremos?

PÁGINA 34

AGENDA SINAL

Os direitos do servidor público

PÁGINA 44



ENTREVISTA CANDIDATOS DILMA ROUSSEFF E MARINA SILVA

O futuro do Brasil..... PÁGINA 54



Os desafios do novo governo

É possível crescer a taxas maiores, sem alimentar a inflação? É possível crescer de forma sustentável, com inclusão social? Esses desafios estão no centro do debate eleitoral e ganham força diante dos resultados que indicam um crescimento tímido da economia e uma inflação que ainda assusta.

PAULO VASCONCELLOS



As receitas para o país crescer mais

A arrumadeira carioca Verônica da Silva, de 26 anos, não pretende votar em ninguém nas eleições presidenciais de 5 de outubro. “São todos corruptos”, diz. Mãe de duas filhas, uma de 8 anos e outra de 4, ela faz parte de um grupo decisivo na disputa: os brasileiros mais beneficiados pelos programas de geração de emprego e distribuição de renda do governo federal, mas também os mais suscetíveis à desinformação política e os primeiros na linha de abate em caso de queda do desempenho econômico do país.

Verônica ganha R\$ 901 por mês com o trabalho assalariado em um prédio de classe média alta da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Só ingressou no mercado de trabalho há três anos, depois que decidiu acabar o casamento com o marido por causa da violência doméstica e teve que voltar para a casa dos pais, em Campo Grande, também na Zona Oeste carioca. A mãe é dona de casa. O pai, porteiro de um prédio, ganha pouco menos que ela. Verônica trabalhou como diarista, depois virou costureira, mas só teve a carteira assinada pela primeira vez no ano passado, em um emprego temporário num shopping da cidade. O orçamento doméstico tem um pequeno alívio todo mês com os R\$ 147 do Bolsa Família e os R\$ 20 do Família Carioca, um programa da prefeitura do Rio complementar ao do

governo federal. “É pouco, mas é muito importante”, afirma Verônica.

Desiludidos da política e bombardeados pela munição pesada de contrainformação e ataques entre os candidatos, 143 milhões de brasileiros aptos a votar este ano, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devem comparecer às urnas em 5 de outubro com uma certeza discutível e uma dúvida intransferível: se todos são corruptos, quem pode mover a máquina da economia para que o país produza mais riqueza e trabalho, com menos inflação, e ainda garanta serviços públicos de melhor qualidade, investimentos em infraestrutura e uma política de recuperação de setores sucateados, como a indústria?

A necessidade de retomada do desenvolvimento com respeito aos princípios macroeconômicos e avanços para atender às demandas expostas nas ruas de todo o país, em julho do ano passado, devem pesar como nunca na escolha do futuro ocupante do Palácio do Planalto. Mais do que promessas mágicas, o eleitor parece esperar por um choque redentor de credibilidade e eficiência. Se com Dilma Rousseff, Marina Silva ou Aécio Neves, só a abertura das urnas vai dizer.

Os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto servem alternativas aparentemente

mais palatáveis ao gosto médio do cidadão. Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), promete enviar ao Congresso Nacional uma proposta de reforma tributária na primeira semana de governo, diz que trabalhará para trazer a inflação para o centro da meta de 4,5% e para diminuir a banda de flutuação, hoje em 2%, para mais ou para menos. Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), anuncia redução dos juros, inflação na meta e rigor fiscal, embalados por uma nova era de geração de empregos e de redistribuição de renda. Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), reforça a importância de “recuperar o tripé macroeconômico” — câmbio flutuante, meta de inflação e disciplina fiscal. A candidata defende ainda a autonomia legal do Banco Central, com diminuição da intervenção do BC sobre a taxa de câmbio, e a criação do Conselho de Responsabilidade Fiscal, órgão independente para fiscalizar gastos públicos e metas fiscais.

CRÍTICAS À GESTÃO ECONÔMICA

O receituário busca responder aos desafios de uma economia complexa combatida por alguns desempenhos negativos, mas também por previsões e especulações turvadas pelo processo eleitoral. A oposição bate na tecla de um cenário de recessão técnica, agravada por uma inflação supostamente em alta, com descontrole das contas públicas e sucateamento de setores produtivos. O Produto Interno Bruto (PIB) teve queda de 0,6% no segundo trimestre de 2014 em relação aos primeiros três meses do ano. O resultado poria o país na chamada recessão técnica — quando há crescimento negativo por dois trimestres consecutivos — porque de janeiro a março o PIB já caíra 0,2%. Comum nas avaliações econômicas dos países da União Europeia, a recessão técnica divide os especialistas



quando se trata de Brasil porque as quedas não são consideradas elevadas, nem estão acompanhadas de desemprego e redução da renda do trabalhador. De qualquer forma, desanimam diante da expectativa de crescimento de 3,5% feita pelo governo no começo do ano.

O resultado negativo reflete principalmente problemas no setor industrial. No segundo trimestre, o PIB foi de R\$ 1,27 trilhão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O melhor desempenho foi o da agropecuária, que cresceu 0,2% em relação aos últimos três meses, enquanto o da indústria caiu 1,5% e o de serviços registrou retração de 0,5% no período. A previsão de inflação anual, que aponta para algo muito próximo do teto da meta de 6,5%, ajuda a engrossar as queixas. A oposição bate na tecla também na incapacidade do governo em retribuir a alta taxa de tributos com serviços públicos de qualidade e na falta de investimentos em infraestrutura para alçar o país a um patamar de competitividade compatível

com as economias modernas. As queixas apontam ainda o descontrole das contas públicas. O governo Dilma Rousseff, dizem os oposicionistas, maquia resultados para garantir o déficit primário. As autoridades monetárias reagem com a garantia de que não há maquiagem alguma e que a dívida líquida do setor público está caindo, ao contrário de outros países.

A queda de braço começou em 2012. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado a comprar ações da Petrobras que estavam no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), onde se concentram as aplicações do fundo soberano brasileiro formado com a “sobra” do superávit primário, e repassá-las ao Tesouro Nacional. A operação somou R\$ 12,4 bilhões e ajudou o setor público consolidado (governo, estados, municípios e empresas estatais federais) a realizar um superávit primário em 2012 de R\$ 104,95 bilhões, o equivalente a 2,38% do PIB. O resultado, ainda assim, ficou abaixo da



O governo Dilma Rousseff, dizem os oposicionistas, maquia resultados para garantir o déficit primário. As autoridades monetárias reagem com a garantia de que não há maquiagem alguma e que a dívida líquida do setor público está caindo, ao contrário de outros países.

meta global estabelecida para o ano, que era de R\$ 139,8 bilhões.

Na prática, o governo teria se utilizado da prerrogativa, já aprovada pelo Congresso Nacional, de abater os gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da meta cheia de superávit primário. O abatimento em 2012 foi de R\$ 34,85 bilhões. A autorização legal para abatimento está limitada aos gastos do PAC efetivamente realizados no ano ou R\$ 39,3 bilhões. Mesmo não sendo ilegais, as medidas são criticadas porque diminuem a previsibilidade das contas públicas.

A queixa agora é de que estaria havendo demora também dos repasses para programas sociais para fechar as contas públicas. Na primeira semana de setembro deste ano, o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) anunciou o condicionamento de novos subsídios para a terceira fase do programa Minha Casa Minha Vida ao pagamento de uma dívida do Tesouro Nacional. O débito acumulado desde 2009, quando o programa foi criado, já chegaria a R\$ 7 bilhões. É a conta da contrapartida que caberia à União nos empréstimos habitacionais. Do total do subsídio, de R\$ 27 mil por família nas capitais do país, 82,5% são bancados pelos FGTS e 17,5% pelo Orçamento da União. A queixa do Conselho Curador é que o Tesouro Nacional não está fazendo os repasses.

O CONTRA-ATAQUE DO GOVERNO

O governo rebate com feitos acumulados em 12 anos de gestão petista, que não se sabe até que ponto vão sensibilizar o eleitor na hora de apertar a tecla da urna eletrônica, em 5 de outubro. A queda da atividade econômica, de acordo com as explicações do principal responsável pela condução da política governamental, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é

consequência do cenário econômico mundial de recessão nos países da Europa, que tradicionalmente importam *commodities* agrícolas do Brasil, da falta de chuva e do menor número de dias úteis em junho e julho, por causa da realização da Copa do Mundo no Brasil. “A economia não está parada e não está em recessão”, disse Mantega, no começo de setembro, ao analisar o avanço de 0,7% na produção industrial de julho, depois de cinco meses seguidos de retração. Ainda assim, o Ministério da Fazenda promete uma revisão sobre as previsões de crescimento do PIB.

A última pesquisa Focus do Banco Central, divulgada no começo de setembro, revelou que a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto em 2014 caiu a 0,52%. No fim de agosto, fora de 0,70%. A trajetória descendente aponta para um resultado abaixo dos 2,5% registrados em 2013. Se for confirmado, ficará como o segundo pior desempenho dos governos petistas, acima apenas dos 0,3% negativos de 2010, quando os estragos da crise financeira internacional enfim abateram o país. Só a dupla Fernando Collor e Itamar Franco conseguiu resultado pior: média de 1,3% de crescimento do PIB contra 1.157,7% de inflação. No primeiro ano de governo Fernando Henrique Cardoso, a economia cresceu 2,4% e a inflação ficou em 9,4%. No segundo mandato tucano, os resultados foram 2,1% de PIB e 8,7% de inflação. No primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, as médias chegaram a 3,5% e 6,4%. No segundo, de 2007 a 2010, o PIB cresceu 4,5%, o mais alto depois da redemocratização do país, e a inflação média foi de 5,1%, a mais baixa desde os anos 1970. Dilma Rousseff deve fechar sua gestão com médias de 2% e 6,1%.

“A economia brasileira está se recuperando gradualmente de uma desaceleração que começou no segundo semestre de 2011. Uma política fiscal e monetária mais austera com o intuito de frear o

superaquecimento da economia levou ao enfraquecimento da demanda doméstica. Por outro lado, a demanda externa se deteriorou num cenário de prolongado enfraquecimento e incerteza nas economias desenvolvidas.” O diagnóstico não é de nenhum representante do governo Dilma Rousseff, mas do insuspeito Banco Mundial (Bird). Está no portal da instituição na internet.

CONQUISTAS SOCIAIS

A avaliação aponta que o consumo das famílias segue como um dos principais fatores por trás do vigor do mercado doméstico, mas há preocupações quanto à sua resiliência à alta inflação e ao endividamento das famílias. O setor financeiro se mantém saudável. O crédito tem apresentado crescimento moderado. Diz outro trecho: “O modelo macroeconômico brasileiro é adequado e sustentável no médio prazo. A dívida bruta do setor público deverá cair no futuro, apesar dos desafios de manter o equilíbrio fiscal frente à demanda por investimentos e a pressão popular por melhores serviços. O regime de câmbio flutuante e o nível das reservas internacionais proporcionam uma proteção contra mudanças bruscas no comportamento do mercado e consequente reversão dos fluxos de capital” (*mais Bird na página 15*).

O Bolsa Família também ajudou a melhorar os indicadores sociais do Brasil. O programa de transferência de renda que ajuda nas despesas da arrumadeira Verônica Silva beneficia outros 13 milhões de famílias. Ao todo são mais de 50 milhões de pessoas. O balanço de três anos do programa Brasil Sem Miséria aponta que 39% das pessoas que saíram da extrema pobreza com o BSM têm de 0 a 14 anos, 29% são jovens de 15 a 29 anos, 78% são negras ou negros, e 54% são mulheres. Dados do “Atlas Brasil 2013”, um estudo conjunto da ONU, do IBGE, do

“

Ninguém pensa em cortar programas. Também não dá para aumentar a carga tributária nem cortar investimentos. O ajuste fiscal tem de ser de longo prazo com um crescimento menor do que o do PIB.

MANSUETO ALMEIDA
ECONOMISTA, CAMPANHA
AÉCIO NEVES

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação João Pinheiro, indicam que de 1991 a 2010 o brasileiro ganhou nove anos de esperança de vida com a melhoria da renda, da qualidade da saúde e do ensino. Apesar de todas as conquistas sociais, diz o Banco Mundial e ninguém contesta, a desigualdade se mantém em níveis relativamente altos para um país considerado de renda média.

A AGENDA DE AÉCIO

A correção de rumo para repor o país nos trilhos do desenvolvimento com inclusão social promete ser mais difícil do que anunciam as promessas de campanha. Armínio Fraga, já indicado como futuro ministro da Fazenda do governo Aécio Neves, avisou que o ajuste nas contas públicas será gradual, com prazo de pelo menos dois anos, mas tem evitado estabelecer previsões de tempo para baixar a inflação para a meta de 4,5%. “Não estamos

propondo um ajuste recessivo. Ele até trará algum crescimento, porque a total transparência das contas gera um ajuste virtuoso”, disse o ex-presidente do Banco Central. No Americas Society/Council of Americas, em setembro, em Nova Iorque, Armínio Fraga foi além: prometeu baixar a meta da inflação de 4,5%. “Estamos recomendando primeiro que a meta atual, de 4,5%, seja atingida, sem truques. Atingir a meta e baixá-la um pouco mais, porque 4,5% é um pouco alto demais para qualquer padrão: padrões globais, acadêmicos, históricos.”

Para enfrentar o desafio de atender às demandas da sociedade com a necessidade de austeridade nas contas públicas, a convicção no campo tucano é de que não há como conciliar tudo em dois ou três anos. O discurso do candidato Aécio



Flickr.com/Coligação Muda Brasil



Flertar com a inflação é um perigo. A velocidade do gasto público hoje é maior do que o crescimento da economia. O governo Dilma não tem gestão, só tem impulso, como o que sangra o Tesouro Nacional por causa do setor elétrico.

JOSÉ ANIBAL

DEPUTADO FEDERAL,
CAMPANHA AÉCIO NEVES

Neves aposta na agenda do rigor fiscal, se necessário até com medidas impopulares, para reforçar não só a afinidade do PSDB com uma linha econômica ortodoxa, mas antes de tudo para se firmar como a antítese do modelo econômico da presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff. “Em um país como o Brasil, é difícil fazer ajuste fiscal com curto prazo porque 90% das despesas são obrigatórias. É um desafio para seis ou oito anos”, diz Mansueto Almeida, um dos integrantes da equipe econômica de Aécio Neves.

A conta da assessoria do candidato tucano é simples e tenta evitar a armadilha das promessas mirabolantes. Afinal, o gasto com pessoal, que nos estados e municípios chega a 50%, na União fica em 20%. A lógica, portanto, é que um choque de gestão na administração pública seria mais eficiente se implantado por governadores e prefeitos. No ano passado, o governo central gastou R\$ 914 bilhões,

sem juros. Desse total, R\$ 2,5 bilhões foram com passagens aéreas e diárias. Se suspendesse isso durante um ano, a economia seria muito pequena e paralisaria as ações do Estado.

“Ninguém pensa em cortar programas. Também não dá para aumentar a carga tributária nem cortar investimentos. O ajuste fiscal tem de ser de longo prazo, com um crescimento menor do que o do PIB”, explica Mansueto Almeida. Entre os operadores políticos da campanha, porém, demarcar o terreno que separa as propostas do candidato tucano da realidade que ele poderá vir a herdar é uma questão de sobrevivência eleitoral. “Flertar com a inflação é um perigo. A velocidade do gasto público hoje é maior do que o crescimento da economia. O governo Dilma não tem gestão, só tem impulso, como o que sangra o Tesouro Nacional por causa do setor elétrico. Um governo com legitimidade e clareza de propósito,



que não vai se limitar apenas a cortes, vai fazer o país crescer. Não podemos nos perder por não ter capacidade de regimento para permitir o país crescer, soltar a infraestrutura e apostar na política de inovação”, sustenta o deputado federal José Aníbal, coordenador da campanha eleitoral do PSDB.

OS DESAFIOS DE DILMA

A proposta de governo para um segundo mandato de Dilma Rousseff aposta em uma recuperação do cenário internacional que embale uma nova onda de crescimento do país e amplie os ganhos sociais dos brasileiros. O programa registrado no TSE trocou o título provisório “Continuidade com Mudanças” por “Mais Mudanças, Mais Futuro”. Foi redigido pelo assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. O artesão do programa com as medidas econômicas foi o economista Nelson Barbosa, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, com a contribuição de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, do deputado Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda do regime militar, e Márcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, do PT.

Ao encaminhar ao Congresso o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, com compromisso de um piso de 2% do PIB para o superávit primário do setor público, Dilma já deu sinais de que sua política fiscal não será expansionista, como ocorreu em quase todo o primeiro mandato, mas compatível com a manutenção da trajetória de queda da dívida pública líquida em proporção ao Produto Interno Bruto. Com uma política fiscal mais neutra, o BC teria menor dificuldade de executar uma política monetária voltada ao combate à inflação. Ao pegar carona na recuperação da economia mundial, o Brasil pode melhorar a situação de suas

A VOZ DOS PEQUENOS

Acima ou abaixo, à esquerda ou à direita do espectro eleitoral, as propostas dos candidatos que estão na rabeira da disputa eleitoral acenam com dias melhores, com receitas diferentes. Alguns oferecem o mesmo remédio, mas com doses mais, ou menos, amargas.

Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV), propõe reduzir a carga tributária do patamar atual de 35% do PIB, a criação de um imposto sobre movimentação financeira e a substituição do Produto Interno Bruto pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas (ONU), que agrega saúde e educação ao PIB como parâmetro para medir a qualidade de vida no país.

Camael, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), promete diminuir o custo do crédito para o setor produtivo e reformar o sistema tributário. Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC), defende menos intervenção estatal na economia e, no campo macroeconômico, a adoção de metas de inflação próximas de zero. Já Levy Fidelix, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), quer criar novas regras para a fixação de taxas e juros bancários.

A esquerda tem soluções mais

contundentes. Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), propõe mudar a estrutura tributária, eliminando medidas de desoneração, como a redução de Imposto de Produtos Industrializados (IPI), e fazendo com que a tributação sobre os rendimentos financeiros seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. Zé Maria, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), defende a suspensão do pagamento da dívida pública, a reestatização de empresas privatizadas, a expropriação sem indenização das grandes empresas, a estatização dos bancos, a tributação de grandes fortunas, o combate à sonegação fiscal, a reforma agrária e a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais.

Mauro Iasi, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vai na mesma linha: suspensão do pagamento da dívida pública, reversão das privatizações de governos anteriores e estatização do sistema financeiro. Rui Costa Pimenta, do Partido da Causa Operária (PCO), quer instituir um salário mínimo de R\$ 3.500, jornada semanal de trabalho de 35 horas, isenção de tributos para o trabalhador e a estatização do sistema financeiro.

contas externas, com o aumento de seu saldo comercial. O país teria, também, melhores condições de equilibrar as contas públicas e elevar os investimentos.

A melhoria no desempenho da economia garantiria mais investimentos em saúde, educação e transporte público urbano, o eixo das manifestações de junho de 2013 que levaram o PT e o governo a prestar mais atenção às ruas. O programa de governo de Dilma não faz referência à mudança das regras para o reajuste do salário mínimo, sem vinculação com o PIB, como se chegou a anunciar. “Ampliar a democracia política é um objetivo que anda junto com o compromisso de aumentar cada vez mais a democracia econômica — a distribuição de renda e a eliminação da pobreza”, diz um trecho do documento de 42 páginas.

A dúvida é se o cenário internacional permite algum otimismo. Um dos últimos boletins de acompanhamento da economia mundial da Fundação Perseu Abramo indica que houve um aprofundamento do viés recessivo, com a divulgação de dados negativos na União Europeia e no Japão. Na Europa, a produção industrial voltou a ter crescimento negativo em julho, com queda de 0,3%, que se soma à queda de 1,1% registrada em junho. No Japão, houve redução do PIB nominal de 0,4% no segundo trimestre de 2014, rebaixando o ritmo de crescimento anualizado do país em 6,8%. Uma alta nos impostos fez com que o consumo das famílias caísse 19,2%, enquanto o investimento privado apresentou redução de 9,7%.

A China continua na contramão das más notícias. A produção industrial se expandiu 9% em julho, contra 9,2% em junho, por causa principalmente do crescimento do setor imobiliário (13,7% em termos nominais) e do aumento das vendas no varejo, com 10,5% em relação

a um ano atrás. “A recuperação da economia global continua titubeante, e em compasso de espera. O impacto de tal estagnação para o Brasil se dá no comércio externo, que contribui pouco para o crescimento do PIB e dificulta a recuperação de nossa conta de transações correntes. A retomada do crescimento brasileiro através de uma estratégia de ampliação das exportações está, por hora, completamente bloqueada pela situação recessiva internacional”, aponta o boletim da Fundação Perseu Abramo.

Em um cenário internacional incerto, Dilma ainda enfrenta o desafio da desconfiança. Emissários da candidata ouviram de analistas críticas que ficam alguns tons acima da inflação em alta e do baixo crescimento do PIB: a maquiagem nas contas públicas continua, o Estado interveio demais e criou distorções na economia e o investimento desaba, devido à baixa confiança das empresas e da população. “A gestão petista tem adotado medidas fora do receituário tradicional, talvez essa seja a razão das críticas. Se compararmos o período de 2008 a 2013, que é o da crise, o mundo desenvolvido acabou com 62 milhões de postos de emprego, enquanto o Brasil criou 11 milhões de empregos. Este é um dado que precisa ser considerado nas análises do Brasil e do mundo”, diz Márcio Pochmann.

AAPOSTA DE MARINA

O programa de Marina Silva para a economia propõe recuperação do tripé macroeconômico e disciplina fiscal mais rígida. A convicção dos assessores da candidata socialista é de que somente um ajuste fiscal severo permitirá que o Brasil derrube as taxas de juros e restabeleça a confiança dos investidores, fundamental para a retomada do crescimento. Um dos mantras entoados no programa eleitoral é o do planejamento de longo prazo, com metas plurianuais para a inflação e o superávit



A gestão petista tem adotado medidas fora do receituário tradicional, talvez essa seja a razão das críticas. Se compararmos o período de 2008 a 2013, que é o da crise, o mundo desenvolvido acabou com 62 milhões de postos de emprego, enquanto o Brasil criou 11 milhões de empregos.

MÁRCIO POCHMANN
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

primário. Os economistas mais notórios da equipe que começou a se articular em torno de Eduardo Campos, trazidos pela ex-senadora — o economista e filósofo Eduardo Gianetti e André Lara Resende, ex-presidente do BNDES e um dos idealizadores do Plano Real no governo Itamar Franco — apontam para um aperto nas contas já no primeiro ano de gestão com corte dos gastos federais, principalmente na redução no número de ministérios.

A retomada da credibilidade do governo e do crescimento econômico passaria pela elevação da meta do superávit primário ou até da perseguição do déficit nominal zero. “As três pernas do tripé estão absolutamente fragilizadas. Vivemos



FLICKR.COM/SA LA DE IMPRENSA DILMA 13/ICHIRO GUERRA

a partir do segundo mandato de Lula uma piora consistente na política econômica”, disse Eduardo Gianetti durante encontro com investidores em agosto, em São Paulo, organizado pela Empiricus, casa de pesquisa independente voltada a investimentos do Brasil. Quatro frases de impacto que o economista lançou no evento dão pistas do que uma presidência socialista reserva ao país: “O Estado brasileiro não cabe dentro do PIB brasileiro”, “A situação da política econômica brasileira é ruim, mas não é desastrosa”, “A capacidade de reação da economia brasileira é forte” e “Temos plena condição de retomar em 2015 a tendência de crescimento”.

A proposta mais polêmica da candidata é a autonomia formal ao Banco Central. Marina Silva não era adepta da ideia, que abraçou contrariada para respeitar o legado do ex-governador pernambucano Eduardo Campos. O programa de governo da ex-senadora aponta a falta de autonomia operacional e de

compromisso do BC, outro componente da perda de credibilidade do governo, como um dos fatores do descontrole inflacionário. O documento propõe: “Assegurar a independência do Banco Central o mais rapidamente possível, de forma institucional, para que ele possa praticar a política monetária necessária ao controle da inflação. Como em todos os países que adotam o regime de metas, haverá regras definidas, acordadas em lei, estabelecendo mandato fixo para o presidente, normas para sua nomeação e a de diretores, regras de destituição de membros da diretoria, entre outras deliberações.”

Economistas não vinculados às campanhas dos candidatos também discordam dos exageros com a preocupação inflacionária. “Há um tabu em torno da inflação que nenhum candidato tem coragem de enfrentar. Todos propõem a retomada do crescimento da economia com estabilidade inflacionária e inclusão

social, mas quando se começam a abrir as propostas fica difícil. Todos mantêm o tripé que engessa a política macroeconômica fiscal e monetária e não atacam a política de câmbio. A política monetária tem de ser regida pela discricionariedade”, diz o economista Fernando Ferrari Filho, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Não há nenhum desequilíbrio fiscal. Tem uma meta de superávit fiscal exagerada, de 1,9% do PIB. O ciclo de crescimento desacelerou, não há necessidade de fazer uma política fiscal mais austera. O problema maior é com o balanço de pagamentos. É muito difícil fazer uma política para reverter a situação do balanço de pagamentos porque a desvalorização do dólar foi definida pelos americanos. O Banco Central está trabalhando com metas contraditórias: eleva a taxa de juros para combater a inflação e promove a apreciação do Real, prejudicando o crescimento da



Assegurar a independência do BC o mais rapidamente possível, de forma institucional, para que ele possa praticar a política monetária necessária ao controle da inflação. Como em todos os países que adotam o regime de metas, haverá regras definidas, acordadas em lei.

PROGRAMA DE MARINA SILVA

indústria”, afirma Maria da Conceição Tavares. “Uma política de contração fiscal e repressão dos salários poderia levar o país, na melhor das hipóteses, a um cenário de baixa inflação e baixo crescimento. Na pior, a um baixo crescimento e a uma inflação ainda mais alta”, acredita a economista Laura Carvalho.

REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL

Os desafios da economia brasileira vão muito além dos dilemas macroeconômicos. A necessidade de investimentos em infraestrutura, para reduzir o custo Brasil, e a definição de políticas setoriais para resgatar setores da economia também embalam as preocupações dos candidatos à Presidência da República. O “Plano CNT de Transporte e Logística 2014”, da Confederação Nacional do Transporte, sugere 2.045 projetos prioritários de infraestrutura de transporte para alavancar o desenvolvimento do país, reduzir os custos logísticos, aumentar a competitividade

dos setores produtivos e permitir mais segurança e desempenho aos transportadores e à população. As propostas somam R\$ 987 bilhões. “Uma significativa parcela da infraestrutura de transporte, em todas as modalidades, encontra-se obsoleta, inadequada ou ainda por construir. Algumas delas operam no limite ou mesmo acima da sua capacidade, enquanto outras carecem de manutenção”, diz o estudo.

Em 2005, o Banco Mundial já propunha uma relação entre o investimento em infraestrutura e o PIB da ordem de 3%, apenas para manter o estoque de capital existente, acompanhar o crescimento e as necessidades da população e progressivamente universalizar os serviços de água/saneamento, em 20 anos, e eletricidade, em cinco. Uma expansão para 4% a 6% do PIB, ao longo de 20 anos, permitiria alcançar os níveis observados atualmente na Coreia do Sul e em outros países industrializados do Leste da Ásia. Uma mobilização de 5% a 7% impulsionaria o crescimento econômico e aproximaria



MARINA SILVA.ORG.BR

o Brasil dos padrões alcançados por esses países entre as décadas de 1970 e 1990. “Deveríamos investir 4,5% do PIB para sustentar um crescimento em torno de 4% ao ano”, diz o economista Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B.

O programa de Aécio Neves acena com dez diretrizes para eliminar os gargalos de infraestrutura e logística do país: da reforma no planejamento das obras à implantação de um programa nacional de hidrovias, passando pela definição do investimento em infraestrutura como política de Estado; a proibição para o início de obras sem projeto básico e executivo; a inclusão da variável ambiental e dos custos ambientais; o reconhecimento dos recursos privados como parte importante do financiamento à infraestrutura; a criação de um novo modelo regulatório; e a melhoria constante da infraestrutura para garantir qualidade à prestação de serviços públicos, especialmente de transporte, energia, saneamento e telefonia. “A modernização, maior eficiência e capilaridade da infraestrutura no Brasil se faz premente para promover o crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida da população. O objetivo é investir mais e melhor”, diz o documento.

Marina Silva propõe elevar os investimentos em infraestrutura, fazer parcerias público-privadas (PPs), concessões e investimentos diretos para combater os gargalos do crescimento, criar instrumentos e ambiente para elevar os investimentos em infraestrutura e, em consequência, a possibilidade de crescimento sustentável do PIB. “O primeiro instrumento para chegar ao objetivo será recorrer mais fortemente a parcerias público-privadas e a licitações de concessões. Se o setor público não tem a agilidade e a capacidade de investimento necessárias, que ele seja realizado pela iniciativa privada com a forte presença do Estado na coordenação do planejamento e na regulação,

BIRD: DE OLHO NO BRASIL

Dados do próprio Bird apontam que nem tudo está errado, apesar do pessimismo generalizado. Com um PIB de R\$ 4 trilhões, o Brasil é a sétima economia do mundo. Saiu de US\$ 35 bilhões, em 1970, e chegou a US\$ 402 bilhões, em 1989, quando o país voltou a ter um presidente eleito pelo voto direto.

Em 1994, no começo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso no Palácio do Planalto, o Produto Interno Bruto brasileiro estava em US\$ 574 bilhões. Atingiu US\$ 844 bilhões, em 1998, foi a US\$ 506 bilhões no ano da primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e duplicou para US\$ 1,089 trilhão, em 2006. Em 2010, havia dobrado mais uma vez, com US\$ 2,143 trilhões.

De acordo com o Banco Mundial, mais de 20 milhões de brasileiros venceram a pobreza entre 2003 e 2009. A pobreza (pessoas vivendo com US\$ 2,5 por dia) caiu de 26,7% da população, no primeiro ano do governo Lula, para 12,6%, em 2011. A extrema pobreza (pessoas vivendo com US\$ 1,25 por dia) também diminuiu: de 11,2% para 5,4% no mesmo período.

Entre 2001 e 2011, a taxa de crescimento da renda dos 40% mais pobres foi de 6,2% ao ano. A desigualdade de renda (medida pelo Coeficiente de Gini) chegou a 0,519 em 2011 — índice mais baixo em 50 anos.

Nos 12 anos de governos petistas, a elevação do salário mínimo foi quase o dobro da que ocorreu nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e alcançou, em 2014, um patamar inédito, desde os anos 1960: cerca de 75% superior ao do início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda assim, é inferior ao que vigorou no país entre os anos 1950 e 1960 e representa apenas cerca de um quarto do salário mínimo necessário, calculado pelo Dieese para atender às necessidades básicas de uma família de dois adultos e duas crianças.

Também está abaixo do mínimo praticado na Argentina e no Chile e equivale a apenas um terço da média dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

assegurando serviços de qualidade a preços razoáveis à população. Não será objetivo do nosso governo fazer caixa com as licitações, como ocorreu no governo FHC e em alguns momentos do governo atual — caso da última licitação da banda 4G para internet sem fio”, afirma um trecho do programa de governo de Marina Silva.

Já o programa de Dilma Rousseff reafirma o compromisso histórico do PT de investir na infraestrutura logística brasileira, considerado fundamental para o crescimento e a competitividade da economia, e desfila um pacote de realizações. “Desde 2007, foram concedidos 8.630 quilômetros de rodovias, que

A ARMADILHA JUROS-CÂMBIO

Em artigo encomendado pela liderança do PPS para embasar as discussões a respeito da elaboração do programa econômico do candidato da aliança PSB-Rede-PPS à Presidência da República, o economista José Luiz Oeiro discute os efeitos perversos da armadilha juros-câmbio para o setor industrial. "Numa economia que se defronta com uma forte sobrevalorização cambial e que possui sérias deficiências de infra-estrutura, poucos são os projetos de investimento cuja taxa de retorno supera, por uma margem suficientemente grande para se tornar atrativa para os empresários, a taxa de juros livre de risco. O efeito disso sobre a decisão de investimento é perverso."

Para José Luiz Oeiro, o desmonte da armadilha juros câmbio, essencial para a retomada de um crescimento econômico robusto, exigiria "a troca do tripé macroeconômico (desenhado no governo Fernando Henrique Cardoso para estabilizar ou reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB, garantir a estabilidade da taxa de inflação e permitir que a política monetária fosse conduzida com vistas ao atendimento de objetivos domésticos) e da matriz macroeconômica do governo Dilma Rousseff por um quadripé macroeconômico: uma política fiscal baseada na obtenção de metas de superávit em conta corrente do governo, um regime de câmbio administrado baseado no sistema de bandas cambiais deslizantes com vistas à obtenção de uma taxa real de câmbio competitiva a médio e a longo prazo, uma política monetária baseada num regime flexível de metas de inflação, com extinção da Selic, e uma política salarial capaz de induzir o crescimento dos salários reais em linha com a produtividade do trabalho."

"Quase todos os candidatos propõem fazer a mesma coisa. A diferença está na abordagem da questão macroeconômica, mas ninguém parece perceber o erro. O que desequilibra a economia é o desvio de recursos. Cerca de 4% PIB, R\$ 800 bilhões, estão sendo drenados para os bancos com a taxa Selic. O custo do crediário reduz a capacidade de as pessoas consumirem. Os juros para a pessoa jurídica são proibitivos para a geração de novas empresas. O sistema financeiro é um entrave ao desenvolvimento em todo o mundo, não só no Brasil. Geramos uma economia que trabalha para os bancos, mas nenhum candidato ataca o sistema financeiro", afirma o consultor da ONU Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Para o economista francês Pierre Salama, professor da Universidade Paris 13 e pesquisador das economias latino-americanas, a falta de investimentos no setor produtivo tem a ver com o que chama de "financeirização" da economia. Em palestra na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ele explicou melhor sua tese. "O fato de as grandes empresas estarem, cada vez mais, voltadas a fornecer ganhos aos seus acionistas do mercado financeiro ocorre em detrimento da aplicação do lucro em investimentos em capital produtivo. Se não há investimentos produtivos e nem preocupações significativas com avanços tecnológicos para ganhos de competitividade, a saída buscada pelas empresas para melhorar sua situação acaba sendo, em última instância, em cima da precarização do trabalho e na pressão sobre os salários, algo que ele já vê ocorrendo na França", alertou o economista francês.

correspondem a 13% da malha rodoviária federal, e construídos ou duplicados 6,1 mil quilômetros. Após décadas de paralisação de investimentos em ferrovias, foram construídos 1,96 mil quilômetros de novas ferrovias e o novo modelo de concessão e operação ferroviária foi aprovado." O programa destaca ainda as obras em 13 portos

e a nova Lei dos Portos; o crescimento da capacidade dos aeroportos entre 2002 e 2013, de 97,9 milhões para 285 milhões de passageiros por ano; a construção de usinas hidrelétricas e de 43,5 mil quilômetros de linhas de transmissão; a entrada em operação dos campos do pré-sal; a recuperação da indústria naval brasileira;

os 3,4 milhões de casas contratados pelo programa Minha Casa Minha Vida; os R\$ 143 bilhões em investimentos de mobilidade urbana financiados para estados e municípios, outros R\$ 74 bilhões em investimentos em obras de saneamento; a Integração do Rio São Francisco e as 937 mil cisternas entregues no Nordeste.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL?

Há boas intenções de todos os lados também para superar dilemas, como os que afetam a indústria brasileira. A taxa de investimento no país, razão entre o gasto realizado na compra de máquinas, equipamentos e instalações e o PIB, está muito abaixo dos 24% preconizados para que o país pudesse crescer de forma sustentada, sem pressões inflacionárias, a um ritmo de 5% ao ano. Restrições fiscais e elevada rigidez orçamentária, limitação na capacidade de planejamento setorial e de execução do governo, ausência ou fragilidade de marcos legais e regulatórios capazes de dar segurança jurídica e assegurar estabilidade e transparência das regras estariam entre os motivos de inibição dos investimentos. A taxa de câmbio, que torna os preços dos produtos brasileiros muito caros e pouco competitivos nos mercados doméstico e internacional, seria uma das

causas da estagnação da produção industrial no Brasil desde o final de 2010. Outra, seria a elevada taxa real de juros balizada pela Selic. As fábricas brasileiras sucateadas e improdutivas ainda enfrentam um cenário cada vez mais competitivo de produtos estrangeiros que chegam com facilidade ao país, desde que ele abandone o protecionismo comercial.

As medidas anunciadas pelo programa de governo de Dilma Rousseff vão do incentivo cada vez maior ao empreendedorismo das pequenas e médias empresas, o estímulo à modernização do parque fabril, avanços na desburocratização de processos e procedimentos nos negócios, incluindo simplificação tributária, redução de custos financeiros e de insumos, a modernização do licenciamento ambiental, o fortalecimento do compromisso com a redução de emissões e com a reestruturação produtiva em direção à economia de baixo carbono.

O programa do candidato do PSDB aponta 12 diretrizes para resgatar a indústria nacional do limbo: da integração do parque industrial brasileiro com as cadeias globais de produção à aprovação do marco regulatório da mineração, passando pelo incentivo à integração entre indústria, agricultura e serviços; o apoio à conexão com o agronegócio; a definição de ações microeconômicas voltadas para a redução de preço dos insumos básicos da indústria e o fomento à inovação. “O Brasil precisa de um novo ciclo de reforma para reorganizar o Estado e a cadeia produtiva e favorecer o crescimento. Dilma pegou o governo com investimento de 19,5% do PIB. No ano passado, ele já estava em 17,5%. É preciso passar logo para os 24%. Se não se equacionar isso, teremos uma mixórdia de crescimento,



Flickr.com/IGO ESTRELA/COLIGAÇÃO MUDA BRASIL



Quando se pensa em reformas estruturais, como as tributária, previdenciária, política e política industrial, todos os candidatos apregoam mudanças, mas ninguém esclarece como alcançá-las.

FERNANDO FERRARI FILHO
ECONOMISTA,
PROFESSOR DA UFRGS

sem competitividade e inovação”, diz o deputado federal José Aníbal. “O crescimento de longo prazo não tem mistério. É preciso dar segurança ao investidor para apostar no Brasil com a melhoria dos fundamentos econômicos. Aumentar a taxa de investimento é possível, com marco regulatório e garantindo-se a segurança dos empresários”, afirma Mansueto Almeida.

Já o programa de governo do PSB preconiza para a indústria prioridade a políticas e desonerações dirigidas às bases das cadeias produtivas, e não aos bens finais de consumo; o apoio a setores associados a um elevado impacto econômico-social e à modernização industrial; o reforço nas ações com grande capacidade de complementação ou integração com outras políticas e com setores nos quais já estão constituídos padrões de

excelência e de produtividade, além de atenção à nanotecnologia, microeletrônica, biotecnologia e fármacos, que envolvem produtos de alto valor agregado e tecnológico. “A reorientação que se impõe consiste, antes de tudo, em definir de forma clara novos focos: o direcionamento defensivo e de proteção do mercado interno deve ceder lugar à inovação e à produtividade. Ao lado disso, cabe também definir linhas de ação e políticas que representem a mudança. Em primeiro lugar, muito embora não deva ser considerado o instrumento central de promoção da competitividade, não se deve descuidar do câmbio. Valorizações da moeda em magnitudes tão acentuadas e prolongadas, como as que ocorreram nas últimas décadas, retiram toda possibilidade de reação dos setores domésticos com aumentos de produtividade e reduções de custos”, diz o programa de Marina.

REDUÇÃO DOS TRIBUTOS

A reforma tributária é considerada essencial para devolver alguma pujança aos setores produtivos mais debilitados. “Duas reformas podem simplificar o sistema tributário e aumentar substancialmente a competitividade: PIS/Cofins e ICMS, em ações horizontais. Essas reformas custarão apenas 0,3% do PIB”, disse Nelson Barbosa, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, no seminário “Indústria e Desenvolvimento Produtivo do Brasil, organizado em maio, em São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) e pela Escola de Economia em São Paulo (EESP), da Fundação Getúlio Vargas.

“Países com carga tributária semelhante à nossa têm um PIB per capita quase três vezes superior. Aumentar a carga tributária deixou de ser uma opção viável para o financiamento das políticas públicas, mas há espaço para uma

melhoria substancial no nosso sistema tributário”, defendem os economistas e políticos que escreveram o programa de governo do tucano Aécio Neves. Eles propõem três medidas: simplificação do sistema tributário nacional, agilização no aproveitamento dos saldos credores acumulados junto ao Fisco, e instituição do cadastro único para pessoas físicas e jurídicas para minimizar a complexidade do sistema tributário nacional.

Reduzir o número de tributos e tornar seus cálculos mais simples são princípios da reforma proposta pelo programa de governo do PSB. Projetos como o eSocial — Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — serão rediscutidos para não gerar custos excessivos às empresas nas declarações apresentadas ao governo federal. “Reduzir a participação dos impostos indiretos e dos que incidem sobre o faturamento das empresas também é princípio fundamental para a reforma tributária”, diz o programa de governo de Marina Silva.

“Quando se pensa em reformas estruturais, tais como as tributária, previdenciária, política e política industrial, todos os candidatos apregoam mudanças, mas ninguém esclarece como alcançá-las”, afirma o economista Fernando Ferrari Filho. Programas volumosos como os dos três principais postulantes à Presidência da República, que dedicaram em conjunto mais de 80 páginas à economia, nem sempre deixam tudo claro ou detalhadamente esmiuçado. A realidade da administração pública costuma deixar por parte das soluções ou não à prática do dia a dia, mas programas de governo esboçam pelo menos a carta de intenções dos candidatos que se dispõem a enfrentar a tarefa de gerir o país rumo a um futuro melhor. O mais importante é que o eleito daqui a quatro anos deixe um Brasil melhor do que o encontrou. ■

Para que mudar as regras do Salário Mínimo?

JOÃO SABOIA

Nos últimos dez anos, embora o crescimento econômico brasileiro tenha sido relativamente modesto, ocorreram grandes transformações sociais no país. A partir de 2004, a economia apresentou simultaneamente queda das taxas de desemprego, redução da informalidade no mercado de trabalho, aumento do salário médio e melhoria da distribuição de renda. São resultados inquestionáveis de avanços nas condições socioeconômicas.

Há consenso entre os especialistas que a melhoria da distribuição de renda resultou, principalmente, do comportamento favorável do mercado de trabalho. Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, também contribuíram para a redução das desigualdades, mas seu papel é relativamente pequeno pelo baixo volume de recursos transferidos comparativamente à geração de renda no mercado de trabalho. O custo do Bolsa Família, por exemplo, não passa de 0,5% do PIB.

O excepcional crescimento do salário mínimo (SM) nos últimos anos — cerca de 75% de aumento real entre 2003 e 2013 — está no centro do processo de aumento da renda média do trabalho e da melhoria da distribuição de renda. Além de atuar diretamente no mercado de trabalho, o SM possui papel central nas transferências de renda, na medida em que representa o piso do regime geral da previdência social e o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A atual legislação do SM, válida até 2015, define as regras dos reajustes anuais. Além da correção pela inflação, segundo o INPC, há crescimento real calculado pela evolução da economia (aumento do PIB defasado de dois anos). Em 2010, por exemplo, o PIB cresceu 7,5%, resultando em aumento real do SM na mesma proporção em 2012. Já em 2015, o crescimento real do SM não passará de 2,5%, devido ao resultado menos favorável da economia em 2013.

A maior crítica que tem sido feita à atual política do SM é sobre seus efeitos nas contas públicas. Não são poucos aqueles que afirmam que ela teria que ser modificada em 2016 para reduzir os gastos públicos, gerando superávits fiscais para o pagamento dos juros da dívida pública e a estabilização da relação dívida/PIB.

Tendo em vista a recente desaceleração da economia, o crescimento real do SM em 2016, mantida as regras atuais, seria calculado segundo a taxa de crescimento do PIB de 2014, que não deve passar de 0,5%. Da mesma forma, em 2017, o reajuste deverá ser mínimo, tendo em vista as perspectivas pouco favoráveis para a economia no próximo ano.

Será que o país não teria mesmo condições de continuar aumentando o SM na mesma proporção do crescimento do PIB no futuro próximo? Mesmo se a economia crescer pouco como esperado? Será que o atual valor do SM já estaria muito alto comparativamente aos níveis atuais da produtividade do trabalho? Os benefícios do crescimento do SM para a população não justificariam o aumento dos gastos públicos? Por que a sociedade tem que aceitar passivamente o aumento do volume dos juros da dívida pública e não pode aceitar o aumento dos gastos públicos com a elevação do SM?

Essas são algumas das questões que terão que ser enfrentadas e respondidas pelo novo governo eleito em outubro.

O custo político de uma mudança na atual legislação que aponte no sentido de uma evolução menos favorável para o SM no futuro seria enorme e dificilmente o novo governo estaria disposto a enfrentá-lo. Talvez a melhor alternativa seja a renovação da atual legislação por mais alguns anos até que a economia volte a crescer, criando assim um ambiente mais favorável para um retorno à discussão do que seria uma política adequada para o SM no país.

(*) JOÃO SABOIA é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Uma eleição surpreendente

LISZT VEIRA

O previsível e tradicional confronto entre PT e PSDB foi abalado com a novidade da candidatura Marina Silva, que embaralhou os dados da equação eleitoral. Pelas pesquisas de opinião divulgadas em agosto, o segundo turno seria disputado entre a presidente Dilma e a candidata Marina. Mas a eleição não está matematicamente decidida. É improvável, mas não impossível, que haja alguma reversão no quadro eleitoral.

O cenário mais provável é a candidatura Marina se estabelecer ou se alastrar, captando a maioria dos votos brancos e nulos dos descontentes, e simbolizando o desejo de mudança no comportamento político e ético dos governantes. Como ela é atacada à direita e à esquerda, passa a impressão de que se trata mesmo de uma terceira via. Nesse cenário, Marina passaria de zebra a favorita e chegaria no segundo turno com chances reais de ganhar a eleição.

Um cenário menos provável seria a candidata Marina, sob ataque cerrado, não ter fôlego para chegar no segundo turno. Teríamos assim um confronto tradicional PT x PSDB, esquerda x direita, o que agradaria a ambos os lados. Isso supõe que a crise econômica não atingiu a maioria do eleitorado de baixa renda, que permanece fiel ao governo. Nesse cenário, a presidente Dilma deve ganhar no segundo turno.

O primeiro cenário expressa a rejeição do PT pela classe média e pelas camadas de baixa renda que antes o apoiavam. As alianças com notórios políticos que antes acusava de corrupção — Sarney, Calheiros, Collor, Maluf etc. — escandalizaram a classe média, que se tornou sensível ao discurso ético da moralidade política. Um bom exemplo de decepção com o PT foi o lobby do Lula em favor do Eike Batista: logo em seguida à visita de Lula ao projeto do Porto de Açu, ao norte de Campos, Eike Batista conseguiu empréstimo no BNDES, pouco antes de ir à

falência. Por outro lado, o PT fincou raízes nas camadas de baixa renda com o sucesso de seus programas sociais.

Muitos intelectuais orgânicos do PT se recusam a admitir esse desgaste político. Quando a realidade é complexa e nem sempre agradável, é mais fácil buscar um bode expiatório e botar a culpa na mídia, por exemplo. A eleição vira um jogo: meu time contra o adversário. A emoção acaba embotando a razão.

É inegável, porém, que a candidatura Marina mudou completamente o quadro eleitoral, antes polarizado pela disputa tradicional entre PT e PSDB. Ela é acusada, pela esquerda, de ser conservadora em matéria de costumes e no plano econômico. E, pela direita, de ser muito avançada no plano social, de ser a favor dos conselhos populares e de querer ampliar os programas sociais (O Estado de São Paulo, 24/8/2014).

As ideologias políticas dominantes permanecem prisioneiras da visão dicotômica Estado x mercado. No caso da esquerda, a visão tradicional confunde público com estatal e não aceita o espaço público não estatal, visto como “neoliberal”. Ora, o interesse público pode ser assegurado pelo Estado, pela sociedade civil ou pelo mercado, devidamente regulado e fiscalizado. Os discursos dominantes são ou o estadocêntrico (esquerda) ou o mercadocêntrico (direita). Raramente vemos um discurso sociocêntrico, que olha o Estado e o mercado a partir da perspectiva da sociedade civil. O que predomina é o desenvolvimentismo, hoje no poder, e as forças do mercado, ambas considerando o meio ambiente como entrave ao crescimento.

No plano econômico, parece que se esgotou o modelo de crescimento baseado no aumento do mercado consumidor (a propósito, nas grandes cidades ninguém aguenta mais tanto carro na rua...) com paralisia do investimento. Um eventual futuro governo Marina manteria, provavelmente, as linhas gerais da atual política do Banco Central

que, na prática, já tem bastante autonomia. Afinal, os bancos tiveram lucros extraordinários no governo Dilma. Provavelmente, veríamos medidas mais fortes para ajudar a indústria nacional e austeridade nos gastos públicos, o que reduz o risco de inflação e aumenta o de recessão. Certamente, haveria uma espécie de “freio de arrumação”, no estilo do primeiro governo Lula entre 2003 e 2007, na época, acusado de neoliberal.

Sem um mínimo de pragmatismo, ninguém sobrevive na política. Marina já começou a fazer concessões e dá sinais de que fará alianças. Afinal, não é fácil conciliar os valores da classe média urbana com os valores do eleitorado evangélico, conservador no plano moral. E sua crítica à sociedade de consumo confronta não só o PT, que de há muito passou a apoiar o consumismo em nome do crescimento, como também os segmentos evangélicos, identificados com a chamada teologia da prosperidade.

Todos os candidatos têm suas contradições políticas. Ao apregoar a sustentabilidade ambiental, Marina é a candidata que mais se afasta da visão economicista e produtivista das perspectivas estadocêntrica e mercadocêntrica. Por isso, assusta a esquerda e a direita, e traz consigo grande margem de incerteza. Sua relação futura com partidos e atores econômicos permanece uma incógnita. Mas, ao que parece, grande parte do eleitorado prefere essa incerteza à certeza dos outros candidatos. Por exemplo: sua reunião com os produtores de etanol foi interpretada como mudança de prioridades na política energética, talvez em detrimento do pré-sal. Mas é bom lembrar que as reuniões internacionais sobre mudanças climáticas sempre recomendam reduzir a dependência do combustível fóssil.

A presidente Dilma é acusada de ter projeto próprio que tenta impor, de cima pra baixo, sem diálogo com os diversos interesses contraditórios existentes na sociedade, e de ter um estilo autoritário de gestão que teria desagradado a gregos e troianos. Seu ministério é considerado medíocre, resultado da composição com os partidos da

base aliada, mas sem nenhuma expressão política junto à sociedade civil que não se reconhece em seu governo. Daí seu isolamento: ao contrário de Lula, não construiu pontes com a sociedade. Resta o apoio obtido com os programas sociais que herdou e ajudou a desenvolver, a redução das desigualdades sociais, além das inúmeras obras de seu governo que estão sendo divulgadas no horário eleitoral.

O candidato Aécio foi a primeira vítima da ascensão meteórica da candidatura Marina. Ao lado de Dilma, é visto como continuidade e não empolga o eleitorado, que o enxerga como menino rico vinculado a um projeto

neoliberal. Se as pesquisas de opinião Datafolha e Ibope de agosto forem confirmadas em setembro, Aécio não chegará ao segundo turno.

Apesar de Dilma ter um tempo de TV muitas vezes maior que Marina, ambas estão tecnicamente empatadas no primeiro turno pela pesquisa divulgada em 29 de setembro, que aponta para a vitória de Marina no segundo turno. E uma pesquisa do Ibope, divulgada dia 2, mostra Marina sobrepujando Dilma em São Paulo e no Rio de Janeiro. Isso não tem muito a ver com pro-

grama de governo, mas com a imagem de Marina — vista como “a cara do Brasil”, em contraposição à imagem mais dura e reputação autoritária da presidente Dilma.

É cedo para afirmar que a ascensão de Marina irá continuar, estabilizar ou reverter. É fato inegável, porém, que Marina Silva, ao irromper como candidata no cenário político, encarnou a vontade difusa de mudança revelada anteriormente nas pesquisas e sacudi a sonolenta campanha eleitoral, onde caiu — para usar a famosa metáfora de Marx — como “um raio em céu azul”, ofuscando seus adversários.

(*) LISZTVIEIRA é professor da PUC-Rio, doutor em Sociologia. Ecologista, foi fundador do PV e deputado federal pelo PT-RJ



As ideologias políticas dominantes permanecem prisioneiras da visão dicotômica Estado x mercado. No caso da esquerda, a visão tradicional confunde público com estatal e não aceita o espaço público não estatal, visto como “neoliberal”.

CIDADANIA





Educação

Saúde

Transporte

Serviços públicos de qualidade

Mesmo previstas como direitos sociais na Constituição de 1988, a saúde e a educação estão longe de atender às necessidades da população. No caso do transporte público, estopim das manifestações de junho de 2013, já existe um Projeto de Emenda Constitucional, a PEC 74, que o inclui no rol dos direitos sociais. A sociedade está insatisfeita com a qualidade da maioria dos serviços urbanos e cobra urgência. Qual a resposta dos candidatos?

JEFFERSON GUEDES



SAÚDE

População está insatisfeita com gestão do SUS

Pesquisa do Datafolha realizada em junho, em cinco regiões do país, mostrou que a saúde é a grande preocupação dos brasileiros: 57% dos entrevistados afirmam que o assunto deveria ser tratado como prioridade pelo governo federal. Educação fica em um distante segundo lugar (18%), seguida pelo combate à corrupção (8%). A mesma pesquisa constatou que 87% dos eleitores estão insatisfeitos com o Sistema Único de Saúde (SUS). As avaliações são negativas em todos os segmentos e faixas etárias. O curioso é que o não usuário do SUS, com maior nível de escolaridade, tem uma visão mais crítica, se comparada ao usuário.

A percepção negativa não se limita à porta de entrada do sistema (o atendimento nas urgências e emergências). A maioria dos entrevistados (80%) acha que o governo falha na gestão dos recursos. Uma parcela menor (60%) entende também que a falta de recursos compromete a qualidade do sistema.

Como se vê, a política de saúde encontra-se em uma encruzilhada. A sociedade quer respostas para os problemas que impedem a excelência nos serviços de saúde. É falta de recursos? Gestão ineficiente? Até que ponto os lobbies do sistema privado comprometem a eficiência do SUS?

AS PROPOSTAS DOS CANDIDATOS

Aécio Neves, do PSDB, afirma ter a solução para a saúde brasileira. São duas medidas. A primeira delas: a criação de 500 centros de especialidade para atendimento no SUS. A segunda: um plano de carreira nacional para os médicos da rede pública. O tucano defende também uma revisão no Mais Médicos para garantir isonomia salarial entre todos os profissionais contratados pelo programa. Na prática, isso pode inviabilizar o acordo firmado entre os governos do Brasil e de Cuba, pois os médicos cubanos — quase 80% dos profissionais que atuam no Mais Médicos — recebem apenas uma parte do salário e o restante do valor é enviado ao governo de seu país.

“Vamos fazer uma verdadeira revolução no atendimento da saúde pública no Brasil. Porque dinheiro existe, o que faltam é qualificação na aplicação desse dinheiro e metas claras”, afirma o senador.

Dinheiro existe... Mas é suficiente? Consciente da necessidade de mais recursos, o tucano apoia a regulamentação dos 10% de repasse das receitas correntes brutas para o SUS. Se a medida já estivesse em vigor, o Ministério da Saúde teria um acréscimo de R\$ 40 bilhões no seu orçamento anual.

Dilma Rousseff não toca no assunto em seu programa de governo porque está preocupada em evitar a superposição de investimentos. Para a presidente, a melhoria no atendimento e o aumento da rede de saúde exigem uma rediscussão federativa. Ela entende que a contrapartida dos estados é pequena, o que contribui para a ineficiência dos serviços.

Enquanto as negociações com estados e municípios não avançam, a petista aposta na ampliação de programas importantes, como o Mais Médicos. Neste ponto, Dilma tem motivos para comemorar. Pesquisa divulgada no início de setembro pelo Ministério da Saúde mostra que 83% dos usuários do SUS estão satisfeitos com o atendimento prestado pelos médicos que integram o programa.

Marina Silva, do PSB, pretende manter o Mais Médicos. O seu foco, porém, é outro. Ela defende a progressão gradual do aumento dos recursos destinados ao SUS. A proposta é atingir em quatro anos a meta de vincular 10% da receita corrente bruta da União à saúde.

A candidata promete construir 100 hospitais voltados para o atendimento regional, 50 maternidades e criar uma policlínica regional para cada uma das 435 regiões de Saúde. Marina também se diz favorável à reformulação do modelo de gestão do SUS, mas não dá mais detalhes.

Enfim, as propostas dos candidatos refletem um conjunto de demandas que, com maior ou menor êxito, podem produzir resultados. A grande questão: até que ponto essa agenda é capaz de oferecer soluções estruturais para a saúde brasileira?

O DESAFIO É POLÍTICO

A criação do SUS, na Constituição de 1988, foi inspirada no modelo europeu de bem-estar social. O exemplo sempre citado é o do Reino Unido, onde o Estado financia 85% dos gastos com saúde. O Brasil nunca esteve perto disso: a



O SUS concentra apenas 46% de todo o dinheiro que financia a saúde. A fatia maior do bolo (54%) está nas mãos do sistema privado, que atende menos de 25% da população. O governo anunciou que as operadoras de plano de saúde devolveram R\$ 184 milhões ao SUS até julho de 2014.

participação estatal é de apenas 47%. Até os EUA, com seu modelo liberal, superam o Brasil: o gasto público com saúde está na casa de 48,2%.

Para o economista Carlos Octávio Ocké-Reis, técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), está em curso uma espécie de americanização perversa do nosso sistema de saúde. Por um lado, a Constituição prevê um sistema de atendimento universal a todos os cidadãos. Na prática, porém, faltam recursos para fazer valer o preceito constitucional. Isso empurra as famílias (que podem arcar com os custos) para os planos privados. Estes foram patrocinados, explica o economista, com isenções fiscais, seguindo, neste aspecto, o modelo liberal dos Estados Unidos.

A existência de um sistema privado paralelo gera inúmeras distorções. Em 2011, por exemplo, a dedução dos gastos com planos de saúde no Imposto de Renda representou uma renúncia fiscal de R\$ 7,8 bilhões. Para o contribuinte, parece uma ótima medida. Mas, no frigor dos ovos, isso significa que o gasto público, que deveria ser destinado a políticas que atinjam toda a sociedade, acaba financiando o sistema privado.

Outro dado revelador: o SUS concentra apenas 46% de todo o dinheiro que financia a saúde. A fatia maior do bolo (54%) está nas mãos do sistema privado, que atende menos de 25% da população. O governo anunciou que as operadoras de plano de saúde devolveram R\$ 184 milhões ao SUS até julho de 2014. O ressarcimento ocorre quando um paciente

que tem plano privado utiliza os serviços públicos de saúde. Isso é muito comum em situações de emergência e também em procedimentos de alta complexidade, como a quimioterapia, nem sempre cobertos pelos planos. Mesmo abocanhando a maior fatia do bolo, o sistema privado oferece coberturas restritas a seus segurados. Falta, segundo Carlos Octávio, um projeto estratégico para fortalecer o SUS.

O subfinanciamento do sistema é um problema sério, a seu ver, mas não é o único. É fundamental também ampliar a regulação do mercado de planos de saúde. A experiência do Canadá pode ser útil. O país tem um sistema universal robusto — 71% dos gastos com saúde são financiados pelo Estado — mas há espaço também para o setor privado, sobretudo em áreas onde o sistema público de saúde não oferece coberturas.

E qual o caminho para a regulação? “Romper com a captura da Agência

Nacional de Saúde (ANS) pelo poder econômico”, explica. “Precisamos regulamentar o mercado em direção ao modelo do seguro social.”

O deputado Eduardo Barbosa, coordenador da área social da campanha de Aécio Neves, também se diz favorável ao modelo canadense: “O PSDB valoriza o caráter universal do SUS. Nossa proposta de um Plano de Carreira para os médicos da rede pública é o maior exemplo disso. No entanto, não demonizamos a iniciativa privada. Num país continental como o nosso, não podemos prescindir da iniciativa privada. Sem ela, o sistema público de saúde estaria muito mais congestionado.”

Para Carlos Octávio, o SUS nunca será fortalecido enquanto não se redefinirem as relações público-privadas no sistema de saúde brasileiro. Até hoje, nenhum governo teve coragem para encarar essa luta.



Flickr.com/paula.cinqueti/AGÊNCIA SENADO

MOBILIDADE URBANA

O que os R\$ 0,20 ensinaram ao Brasil

O espanto provocado pelos gigantescos protestos de 2013 ainda está longe de ser decifrado. Alguns analistas fizeram uma leitura política do fenômeno, destacando o isolamento do Congresso e do presidencialismo de coalizão que nos governa. Outros, enfatizaram a revolta com os precários serviços oferecidos à sociedade. Um consenso, porém, se consolidou: as manifestações não foram “apenas” pela redução dos R\$ 0,20 nas tarifas de ônibus.

No caso específico da Política Nacional de Mobilidade Urbana, os tais R\$ 0,20 produziram uma impressionante tomada de consciência sobre um tema que raramente aparecia nas discussões políticas. Talvez o exemplo mais sintomático disso tenha vindo do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Reunido em 18/6/2013 com representantes do Movimento Passe Livre, Haddad foi didático ao explicar o tamanho da injustiça embutida no preço da tarifa: “No exterior, um terço (do valor da passagem) é pago pelo empresário, um terço pelo Poder Público e um terço pelo usuário. Aqui, a fatia do empresário é de 10%, a fatia do Poder Público é de 20% e a fatia do usuário é de 70%. Então, nós temos um trabalho a fazer da parte do Poder Público e um trabalho a fazer do ponto de vista do empresariado, porque não temos receita para subsidiar a tarifa além do esforço que está sendo feito.”

De lá pra cá, políticos de várias latitudes vêm tentando fazer o trabalho proposto por Haddad. Com isso, o tema “mobilidade urbana”, antes restrito a especialistas, entrou de vez no discurso dos candidatos. Se essa discussão vai produzir resultados efetivos em termos de políticas públicas consistentes, só o tempo dirá.



SOLUÇÕES INTEGRADAS

Observe que usamos a palavra “políticas” no plural. Isso se explica porque mobilidade urbana exige um conjunto de políticas complexas e complementares. Numa ponta, as soluções incluem investimento pesado, planejamento e integração entre os modais de transporte (ônibus, metrô, trens, barcas e ciclovias). Na outra, é necessário definir parâmetros para que as tarifas sejam justas. Entre uma ponta e outra, é fundamental um Plano Diretor que respeite a dinâmica de cada cidade e viabilize as soluções projetadas.

A candidata Marina Silva, do PSB,

surpreendeu os especialistas por ter apresentado um programa de mobilidade urbana bastante ousado. De um lado, ela promete construir mil quilômetros de vias para veículos leves sobre trilhos (VLTs) e corredores integrados de ônibus em todas as cidades com mais de 200 mil habitantes. É sua meta também expandir a malha metroferroviária de cada uma das regiões metropolitanas em 150 quilômetros. Na ponta da tarifa, Marina propõe um fundo para financiamento do transporte coletivo, mas não estipula valores ou dotação orçamentária que viabilizem sua criação.

Dilma Rousseff, por sua vez, ainda tenta provar à sociedade que entendeu o recado das ruas. No auge dos protestos, a presidente anunciou mais R\$ 50 bilhões em investimentos para novos projetos de mobilidade urbana. Somados aos R\$ 93 bilhões que já estavam em andamento, o governo destinou R\$ 143 bilhões para o setor. Esses recursos permitem a execução de 114 obras e a elaboração de 97 estudos e projetos em 19 estados. Serão, no total, 4.033 quilômetros de novas vias (entre metrô, VLTs, BRTs e transporte fluvial).

O retorno desses investimentos, contudo, não será visível tão cedo. Obras importantes, como os corredores expressos ligando as periferias às áreas centrais das metrópoles, estão atrasadas. A redução nos preços das tarifas, outro compromisso que Dilma assumiu em 2013, ainda



O poder público nunca deveria ter abandonado essa atividade. Se o Estado detivesse o controle de pelo menos uma empresa de ônibus, teríamos parâmetros de funcionamento que poderiam se contrapor à lógica adotada pelas empresas privadas.

ELIOMAR COELHO

VEREADOR PSOL-RJ

não saiu do terreno das boas intenções. O Planalto argumenta que a redução também depende de renúncia fiscal de estados e municípios.

Aécio Neves não poupa críticas ao governo nesse ponto. O candidato defende uma política pública no âmbito federal de apoio a estados e municípios na solução dos problemas de mobilidade.

A OPINIÃO DOS USUÁRIOS

As complexidades técnicas das políticas de mobilidade urbana são conhecidas dos especialistas. No entanto, falta ouvir a opinião do principal interessado. “Como é que podemos falar em uma política de transporte sem ter minimamente a participação do usuário?” critica o vereador Eliomar Coelho (PSOL-RJ). O parlamentar, que se notabilizou pelo combate ferrenho aos empresários de ônibus, não vê avanços significativos nas

propostas dos candidatos a presidente para esse propósito. Nenhum deles, segundo Eliomar, demonstrou qualquer preocupação em ouvir a opinião de quem sofre diariamente com a precariedade dos transportes públicos.

A bem da verdade, Dilma chegou a anunciar a criação do Conselho Nacional de Transporte Público, que teria a participação de representantes de organizações, como o Movimento Passe Livre. A ideia fazia parte do pacto de mobilidade urbana proposto pela presidente no auge dos protestos de 2013. O Conselho, no entanto, nunca foi formado. Não há nenhum instrumento de consulta popular nas propostas que o governo enviou ao Congresso.

Sem transparência, afirma Eliomar, jamais teremos uma política de mobilidade urbana digna desse nome. O parlamentar sabe o que está dizendo. No ano passado, por conta da pressão popular pela redução das tarifas, ele conseguiu aprovar, na Câmara Municipal do Rio, uma CPI para investigar a caixa-preta do sistema de transporte. “A lucratividade dessas empresas é impressionante. E a prefeitura não tem o mínimo controle sobre o fluxo financeiro das empresas de ônibus”, afirma. “Auxiliado pelos acenos da corrupção, o empresariado dos transportes dita a política de transporte no Rio de Janeiro.” O poder desses lobbies, segundo o parlamentar, explica a ineficiência e a péssima qualidade do sistema de transportes.

“O poder público nunca deveria ter abandonado essa atividade”, pondera Eliomar. “Se o Estado detivesse o controle de pelo menos uma empresa de ônibus, teríamos parâmetros de funcionamento que poderiam se contrapor à lógica adotada pelas empresas privadas.”

Lúcio Gregori, secretário municipal de Transportes de São Paulo na gestão de Luiza Erundina, discorda de Eliomar. O

problema, a seu ver, não está nas empresas privadas, mas no sistema de concessão. No modelo atual, parte-se do pressuposto de que o número de passageiros transportados afeta o custo do serviço. Nada mais falso, segundo Lúcio. Os dois principais itens da operação são a mão de obra (entre 45% e 50% do custo total) e os combustíveis (em torno de 20% do total). Outros itens, como manutenção, impostos e taxas, complementam a composição de custos, que é fixo, e não é impactado pelo número de passageiros.

Se o custo é fixo, questiona Lúcio, por que licitar e contratar utilizando um valor de remuneração por passageiro? Afinal, mais passageiros transportados proporcionam maior receita e não afetam o custo de operação. Para ele, rever esse modelo de contratação das empresas de ônibus é uma questão de cidadania.

Falando em cidadania, encontra-se em tramitação no Senado uma proposta de Emenda Constitucional que pode revolucionar a maneira como encaramos as questões de mobilidade urbana. Trata-se da PEC 74, que inclui o transporte público coletivo no rol de direitos sociais da Constituição.

A proposta original foi apresentada em 2011 pela deputada Luiza Erundina. Estava dormindo nas gavetas da Câmara, como tantas outras. Com a onda de protestos, o Congresso viu-se pressionado a dar respostas rápidas à sociedade. A emenda de Erundina foi uma das que mais avançaram na Câmara, até ser aprovada, em dezembro passado.

Agora é a vez de o Senado se pronunciar sobre a matéria. Se o texto definitivo for aprovado, as transformações serão profundas. Afinal, essa PEC abre espaço para a criação de um Sistema de Transporte Público nos moldes do SUS.

Um equivalente do SUS no front da mobilidade urbana? E pensar que tudo começou por conta de míseros R\$ 0,20...

PARA VOCÊ, POUPAR É TAREFA DIFÍCIL?

Seja qual for a sua resposta, te convidamos a fazer parte dos mais de 8 mil contemplados que reconhecem no **consórcio Fenasbac** uma forma segura e simples de obter seus bens e serviços, como automóveis, imóveis, eletroeletrônicos, viagens, festas e muito mais.

Planeje suas próximas conquistas!

Comprar casa
na praia
abril de 2015

Formatura
da
Julia
novembro de 2014

Estética
dezembro de 2014

Carro
do
Gustavo
fevereiro de 2015

0%
DE JUROS
SEM TAXA
DE ADESAO

5% DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NOS GRUPOS DE AUTOMÓVEIS

A Fenasbac se orgulha em facilitar a conquista de seus sonhos há mais de 30 anos, mantendo condições diferenciadas e vantajosas e cumprindo a missão de gerar qualidade de vida aos servidores do BCB e associados Asbac.

"NOVOS GRUPOS
DE VEÍCULOS"

Conheça a promoção
"SORTE ADITIVADA"

Com sorteios de vale-compras de combustíveis.

www.fenasbac.com.br

PROCURE SUA ASBAC LOCAL
OU LIGUE 0800-646-1055.



FAÇA
JÁ SUA
ADESAO!



Instituto Fenasbac • Empréstimo Pessoal • Seguros • Consórcios

Fenasbac
Federação Nacional de Associações
dos Servidores do Banco Central

Denúncias e reclamações sobre consórcios:
Banco Central do Brasil: 0800-979-2345



FLICKR.COM/MARIA OBJETIVA/BARNABÉ DI KARTOLA

EDUCAÇÃO

Entre o papel e a realidade

Prioridade na educação! A cada eleição, esta bandeira volta a ser desfraldada por candidatos supostamente conscientes do papel da educação no desenvolvimento de uma nação. No poder, porém, o foco é geralmente desviado para temas “mais urgentes”, como a inflação. Com raríssimas exceções (Brizola, por

exemplo), poucos governantes transformaram o discurso em uma política orientada, de fato, para esta área.

A campanha presidencial de 2014 tem tudo para repetir a dinâmica de outras eleições. Mais uma vez, não faltam propostas alinhadas com a tal prioridade na educação. O problema, como de hábito,

é a distância entre o papel e a realidade.

Aécio Neves, candidato do PSDB, propõe a criação de incentivos para melhorar a formação e a carreira dos professores. Ele defende uma política de salário mais digna, mas quer vincular a remuneração desses profissionais à melhoria dos índices de aprendizado. Para entidades de classe, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Anedes), essa é a lógica da meritocracia, que coloca nas mãos dos professores a inteira responsabilidade pela qualidade do ensino.

O tucano promete ajudar estados e municípios a pagar salários de professores da educação básica. A implantação progressiva da escola em tempo integral também faz parte do seu plano de governo.

Já a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT, fala em transformar a qualidade do ensino ampliando o acesso em todos os níveis. Promete, também, expandir o atendimento em creches para que toda a população tenha acesso à educação infantil de 4 a 5 anos, até 2016. Na prática, a petista vai dar sequência a um projeto apresentado na eleição anterior. Outra proposta é consolidar a educação em tempo integral em 25% da rede pública. Aqui, porém, Dilma está se referindo a uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado por ela, em junho.

O PNE estabelece 20 metas (desafios seria a palavra mais adequada) a serem cumpridas nos próximos dez anos. A erradicação do analfabetismo é a primeira delas. Outro objetivo de impacto é a alfabetização de todas as crianças até o fim do terceiro ano do ensino fundamental. O crescimento significativo de vagas no ensino básico, médio e profissionalizante e nas universidades públicas também ocupa um lugar de destaque no Plano. Para os professores, o PNE prevê a criação de uma política nacional de formação e a equiparação dos salários das redes públicas de educação básica aos demais profissionais com escolaridade equivalente. Um plano de carreira para professores do ensino básico e do superior das escolas públicas, baseado no piso salarial nacional, é outro componente relevante.

O cumprimento dessas metas se dará com o crescimento gradativo do investimento em educação. O plano prevê que, até 2024, o investimento na área atingirá a marca de 10% do PIB ao ano — praticamente o dobro da dotação atual. “O PNE vai revolucionar a educação do país”, afirma o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator do Plano. “Se a sociedade abraçar o PNE, em dez anos vamos ter uma nova escola e, consequentemente, uma nova sociedade.”

O senador Cristovam Buarque, uma das maiores referências no campo da educação, e que já deu seu apoio à candidatura de Marina Silva, não compartilha desse otimismo. “O Plano é apenas uma lista de metas e intenções modestas. Uma meta arrojada que deveríamos perseguir é colocar as escolas do Brasil entre as dez melhores do mundo.” Cristovam também não se entusiasma com a marca de 10% do PIB para a educação. “Falta dinheiro, sim. Mas o problema é que o dinheiro que está indo para a educação está sendo desbaratado, mal gasto, desperdiçado.”

Os números dão razão ao senador. Com 5,7% do PIB para a educação, o Brasil tem um dos índices mais altos de investimento no setor entre os 42 países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estamos à frente do Reino Unido (5,6%), Canadá e Alemanha (5,1%). No ranking de desempenho escolar, no entanto, o Canadá está em 6º lugar, a Alemanha em 20º, o Reino Unido em 25º e o Brasil em 53º.

“É preciso gastar melhor, indicando claramente o porquê de cada gasto. Se o Brasil usar 10% do PIB na educação, no sistema de hoje, vai jogar dinheiro fora”, afirma Cristovam Buarque.

Críticas à parte, o Plano Nacional de Educação é lei. Sua implantação vai exigir muito do próximo presidente. Marina Silva, que entrou recentemente na disputa, quer acelerar a implementação do PNE. Ela pretende alocar mais recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com o intuito de cumprir a meta de ampliação do ensino integral na rede pública. Apesar de ter feito esta proposta, a candidata anunciou que vai reduzir os investimentos no pré-sal, a principal fonte de recursos para o cumprimento da meta



É preciso gastar melhor, indicando claramente o porquê de cada gasto. Se o Brasil usar 10% do PIB na educação, no sistema de hoje, vai jogar dinheiro fora.

CRISTOVAM BUARQUE
SENADOR PDT-DF

de investimento de 10% do PIB em educação. A conta não fecha.

Para Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, os candidatos citam o PNE “quase como uma coisa secundária”. Essa atitude preocupa o ativista. Afinal, o cumprimento das metas do Plano depende de decisões que deverão ser tomadas já em 2015. “É preciso plantar o PNE dentro do novo ciclo orçamentário, o que significa também um tratamento estratégico de como cada mandato pretende cumprir as metas.”

O deputado Angelo Vanhoni concorda, em certa medida, com a avaliação de Daniel Cara. “Precisamos trazer a luta junto ao Congresso Nacional e aos poderes executivos municipais e estaduais, para que ocorram as votações orçamentárias para o cumprimento das metas”, sugere.

De uma forma ou de outra, a voz das ruas será o fiel da balança. No ano passado, com as gigantescas manifestações de junho, a sociedade deixou claro que deseja uma educação “padrão Fifa”. Espera-se que os políticos tenham entendido o recado. ✓

O Brasil sem miséria e o futuro

FRANCISCO MENEZES

Nos últimos meses, já refletindo algum tipo de balanço do Brasil sem Miséria, tem sido utilizada a imagem de que a vida da população pobre melhorou significativamente da porta de casa para dentro, reconhecendo-se, porém, que, do lado de fora, seja nas ruas, seja nos campos, ela continua muito difícil, persistindo grande precariedade dos serviços e bens públicos ofertados, com enormes dificuldades que são enfrentadas no dia a dia. Para os mais pobres, a forte dependência de determinados serviços — transporte, disponibilidade de creches etc. — influi negativamente nas já reduzidas chances que têm no mercado de trabalho.

Esta situação se dá em um contexto em que, na última década, ocorreu expressiva redução da pobreza, fruto incontestável de um conjunto de políticas públicas, das quais se destacaram aquelas voltadas para o crescimento da renda de assalariados através da recuperação do valor real do salário mínimo; as dirigidas para a expansão do emprego formal em um contexto de crescimento econômico e as de acesso ao crédito, tanto no meio rural como urbano, com medidas de facilitação e forte ampliação de sua oferta. Por outro lado, consolidou-se a chamada rede de proteção social, tendo à frente, com notável implementação, a política de transferência de renda, com cobertura ampla para a camada mais pobre da população. Porém, não há muito mais a se inovar em relação ao Programa Bolsa Família, carro-chefe de nossa política social, salvo a correção dos valores da linha de pobreza e extrema pobreza e os correspondentes valores de repasse.

A desigualdade, por sua vez, também se reduziu, mas a uma velocidade bem mais lenta do que a pobreza. No presente, a questão que se coloca é se será possível continuar reduzindo a pobreza no seu sentido mais amplo, que vai além do aumento da renda pessoal dos mais pobres, sem acelerar a redução da desigualdade, ou seja, fazendo com que os mais ricos assumam de forma crescente os custos de uma política distributiva, com sua nova prioridade, focada no acesso a

serviços e bens públicos de qualidade. Os movimentos de rua, ocorridos em junho de 2013, embora não circunscrevendo suas demandas para os mais pobres, expressaram o grau de insatisfação com a maioria dos serviços urbanos, demonstrando urgência nessa agenda. Pesquisas de opinião confirmam esta insatisfação na maioria da população.

Enfrentar toda a precariedade existente em relação aos serviços e bens públicos tem um custo orçamentário alto e mexe com interesses que até hoje foram pouco contrariados. Medidas nessa direção desencadeiam ruidosas resistências, como sucedeu com a reação corporativa contra o Programa Mais Médicos. Em todas as áreas referidas constata-se contradições que, se não forem superadas, encontrarão em suas principais políticas barreiras intransponíveis. É o caso da política de habitação, por exemplo, que, ao vincular a construção de moradias aos interesses da construção civil, coloca por terra preceitos básicos, como a localização adequada aos moradores, com um padrão digno em áreas com infraestrutura, saneamento ambiental, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. Provavelmente, a aplicação de políticas efetivas nessa direção implicará confrontos com interesses privados que se valem da insuficiência e precariedade dos serviços e bens públicos para garantir altas taxas de lucros, seja na educação, saúde, habitação, seja no transporte.

Trata-se, assim, de discutir o que se projeta para o futuro, dentro de uma perspectiva de superação da pobreza, afirmação de direitos, justiça socioambiental e forte redução da desigualdade. Neste momento em que a disputa eleitoral ocupa um espaço significativo na vida de todo o país, o eleitor ficaria agradecido se, em vez da guerra de denúncias e agressões que tem caracterizado esse processo, fosse realizada uma discussão madura acerca daquelas que são as verdadeiras prioridades para a maior parte de nossa população.

(*) **FRANCISCO MENEZES** é pesquisador do Ibase e consultor da Action Aid Brasil

Visite o novo Portal Sinal



SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

ÁREA DOS FILIADOS

REGIONAIS DO SINAL

O Sinal | Serviços | Jurídico | PASBC | Notícias | Publicações | Eventos | Fique por dentro | Contato

Buscar

2ª feira, 9 de setembro de 2013

EM DESTAQUE



SINAL
25
anos
DE LUTA

HISTÓRICO

25 anos

EM PAUTA



Histórico do Sinal



Acesse a versão anterior do portal



Consulta Valores
28,86%
Valores preliminares da ação de reajuste



Sinal defende Paridade na PEC 147

PASBC



editabilidade do BC (Valor) | Juro futuro deixa de projetar Selic a 10% no fim do ano (Valor)

Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central



Saúde BC

Você terá acesso à consulta dos prestadores de serviços credenciados do Programa de Saúde dos Servidores do Banco Central - PASBC. Você pode também pesquisar com o nome ou parte do nome do prestador, com o município ou o bairro onde você deseja o atendimento.

PUBLICAÇÕES



Sinal
INFLAÇÃO EM RITMO ELEITORAL



SINAL PLURAL

Outras publicações:

- Apito Brasil
- Apito Carioca
- Sinal PE
- Boca Paulista
- Apito Brasil QVT
- Sinal Aberto
- Sinal-DF Informa
- Sinal DASGERAIS
- PASBC Expresso

APITO BRASIL

Edição 108 - 4/9/2013

Servidores protestam contra corte de despesas no Banco Central

Edição 107 - 3/9/2013

A aposentadoria é um direito inalienável do servidor

JURÍDICO



- SUAS AÇÕES
- AÇÕES DO SINAL
- NOTÍCIAS
- PERGUNTAS FREQUENTES
- LEGISLAÇÃO

FILIE-SE AO SINAL

Venha fazer parte desta história.

CLIQUE AQUI !

O Sinal | Serviços | Jurídico | PASBC | Notícias | Publicações | Eventos | Fique por dentro | Contato

+ Expandir o Mapa do Site



SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

Desenvolvimento

www.sinal.org.br



Que democracia queremos?

Pauta obrigatória de todas as campanhas eleitorais, a reforma política há anos é discutida no Congresso, mas até hoje não saiu do papel. A verdade é que a maioria dos parlamentares está satisfeita e não quer grandes mudanças nas regras do jogo político atual. Por isso mesmo, ganham força iniciativas que apostam na pressão popular para virar o jogo.

CRISTINA CHACEL



REFORMA POLÍTICA

A representação em xeque

Agosto de 2014. Descendo a sinuosa Serra das Araras, trecho fluminense da Rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra, a Via Dutra, que liga São Paulo e Rio de Janeiro, o primeiro *outdoor*, afixado à encosta, chama a atenção do viajante. Nele, um sorridente Pezão, candidato do PMDB a governador do Estado do Rio de Janeiro, surge ladeado pela presidente Dilma Rousseff, candidata do PT à reeleição. Quilômetro seguinte, a experiência quase se repete. Mais um *outdoor* destaca-se na paisagem. De novo, o mesmo Pezão, com o mesmo sorriso. Desta vez, porém, quem está ao seu lado é Aécio Neves, candidato do PSDB a presidente do Brasil. Surpresa? Espanto? Algum tipo de estranheza?

Não. Não há surpresa, nem espanto, nem estranhamento com o fato de um mesmo político fazer propaganda para candidatos adversários, que disputam a única vaga de um mesmo posto e com propostas, senão antagônicas, no mínimo conflitantes, ou, vá lá, diferentes. Tudo se encontra absolutamente dentro da ordem política brasileira. Por isso, o candidato ao Executivo fluminense não tem o menor constrangimento em tornar públicos seus vínculos com candidatos que se opõem. Ao contrário, ostenta-os como trunfo de campanha.

Este é apenas um exemplo do que se transformou a chamada democracia representativa brasileira. Pezão não está sozinho neste tipo de prática. A própria presidente Dilma Rousseff, por interesse eleitoral ou de governabilidade, mantém quatro palanques na disputa ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Alianças ecléticas se estendem a Minas, base eleitoral de Aécio Neves, se espalham e embaralham o jogo Brasil afora. A inesperada candidatura de Marina Silva é outro exemplo do velho que se repete: ao comentar as restrições da Rede de Marina a doadores de campanha, como a fabricantes de bebidas alcoólicas, o vice Beto Albuquerque, anfitrião do PSB, não hesita em esclarecer que “nós temos pensamentos diferentes desde sempre. A Rede tem seus princípios, nós temos outros”. Simples assim.

Projeto político, identidade ideológica, programa partidário são quesitos que parecem ter caído em desuso no país. Ao contrário, no ringue eleitoral prevalece o vale-tudo do pragmatismo. Ou quase tudo. Vale, por exemplo, consumir fortunas em campanhas financiadas por grandes empresas privadas. Vale também formar alianças de ocasião, com partidos inexpressivos, para, na soma de uma representação duvidosa, ganhar mais

tempo no horário eleitoral gratuito em rádio e TV. O que parece valer cada vez menos, neste cenário, é a palavra dada. Passadas as eleições, todos voltam aos seus lugares.

Evidência ou subjetividade coletiva, a insatisfação com o sistema político sacudiu o Brasil nas célebres manifestações de junho de 2013, que começaram com o protesto contra o aumento de passagens de ônibus e culminaram com milhares de jovens nas ruas das grandes cidades do país ecoando, em uníssono: esta democracia não me representa. Em resposta às vozes das ruas, um remédio se apresenta como o único princípio ativo capaz de restaurar a saúde da democracia brasileira: reforma política.

MEDO DA MUDANÇA

O receituário é antigo, mas não há meio de o medicamento sair do laboratório de manipulação, no caso, o Congresso Nacional. A reforma política é considerada a mãe de todas as reformas. Todo ano eleitoral ela entra em pauta, mas quando começa a legislatura, não avança. Emperra nos grupos de trabalho ou nas comissões especiais. O deputado Henrique Fontana, do PT gaúcho, experimentou de perto o gosto amargo das resistências. Ele foi o relator da última tentativa, o Projeto de

Lei 6.147/2013, que mais uma vez não logrou êxito. E a pergunta que não quer calar é: por quê? “A Câmara tende a ser extremamente conservadora em relação às regras eleitorais. Como os que lá estão foram eleitos com essas regras, eles têm medo da mudança”, responde Fontana.

Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), no qual debatem associações e sindicatos que reúnem mais de 180 mil servidores públicos, entre eles o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Roberto Kupski não esconde um certo ceticismo. “O tema é recorrente do período eleitoral. Esperamos que, desta vez, ele possa se efetivar, o que só deverá acontecer no ano que vem.”

Kupski reconhece, afinal, que o ambiente para a aprovação de mudanças no sistema político brasileiro é favorável.

Mérito, diz ele, dos movimentos de ruas de junho passado, quando ficou evidenciada a cobrança coletiva pela melhoria da qualidade dos serviços públicos, o que também é uma bandeira do Fonacate. Em setembro de 2013, a entidade realizou um seminário em que tratou especificamente de reforma política. Do encontro, saiu um documento que, entre os pontos principais, professa o limite de gastos em campanhas, a proibição de doações de empresas privadas e o fim do voto obrigatório a partir de 2022, quando o Brasil completa 200 anos de independência de Portugal.

PRESSÃO POPULAR

O impasse provocado pelo imobilismo parlamentar em relação ao tema, entretanto, pode estar com os dias contados. Vitaminadas pelas manifestações de



O tema é recorrente do período eleitoral. Esperamos que, desta vez, ele possa se efetivar, o que só deverá acontecer no ano que vem.

ROBERTO KUPSKI
PRESIDENTE DO FONACATE



FLICKR.COM/ARTHUR MONTEIRO/AGÊNCIA SENADO

junho, duas iniciativas apostam na pressão popular para virar o jogo. Uma delas acontece no Congresso. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras 95 entidades da chamada sociedade civil e do movimento social se articulam na Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas em torno do Projeto 6.316/2013, de reforma política. A estratégia para que ele não termine engavetado, ou obstruído, é apresentá-lo com um mínimo de 1,4 milhão de assinaturas, de modo a elevá-lo à condição de Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP).

A outra iniciativa acontece nas bases do movimento social. É o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva

e Soberana do Sistema Político, que se espelha no modelo de sucesso do Plebiscito Nacional da Alca, realizado de 1º a 7 de setembro de 2002, e que atingiu a marca de 10 milhões de votos contra a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas, liderada pelos Estados Unidos, em defesa da soberania nacional e contra o modelo econômico de dependência externa. Passados 12 anos, nesta Semana da Pátria de 2014 a estratégia se repetiu, desta vez, com a finalidade de consultar a população sobre a instituição de uma bancada constituinte exclusiva para tratar da reforma política brasileira.

As diferenças nas formas das lutas travadas no Congresso e nas bases dos movimentos sociais são claras. “O Projeto de Lei da Coalizão tem o foco no sistema eleitoral. Nós queremos ampliar o debate e politizar o processo com a

afirmação de uma agenda crítica”, observa Orlando Guilhon, representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) na Secretaria Operativa Estadual do Rio de Janeiro do Plebiscito Popular.

“Na minha terra, costumamos dizer que por onde passa um boi, passa uma boiada. Mas é preciso, primeiro, fazer passar o boi. Conseguir aprovar uma emenda constitucional, com o Congresso que aí está, já é difícilimo. Temos uma unidade na Coalizão em relação a isso. Temos de ter os pés no chão, trabalhar com o que é real. O fim do financiamento privado já é um grande avanço”, argumenta o ex-deputado Aldo Arantes, do PCdoB, secretário da Comissão Especial de Mobilização para a Reforma Política da OAB Federal, que atua na Coalizão Democrática.

O PROJETO DA COALIZÃO DEMOCRÁTICA

Suprapartidário, o Projeto 6.316/2013, subscrito por 97 entidades do movimento social e que tem a coautoria de 166 deputados federais, responde a cinco questões estruturantes, informa Aldo Arantes, a voz da OAB na empreitada. São eles: financiamento de campanhas, sistema eleitoral, sub-representação de minorias, democracia direta e coligação proporcional. “As atuais regras rebaixam o processo eleitoral e degradam o sistema político”, dispara Arantes. Ponto a ponto, ele esclarece:

FINANCIAMENTO. Para acabar com a privatização de mandatos parlamentares, a Coalizão propõe proibir o financiamento de pessoas jurídicas às campanhas. O financiamento deve ser público, concentrado em um fundo eleitoral a ser criado, com representação partidária. Todos os candidatos recebem o mesmo volume de recursos. Pessoas físicas também podem participar, no limite de R\$ 700 por CPF. E com um detalhe: a soma das

contribuições de pessoas físicas não pode ultrapassar a fatia de 40% do total de recursos arrecadados.

DOISTURNOS. Também no eixo da proposta em articulação no Congresso, as eleições passam a funcionar em dois turnos, prevalecendo o critério da proporcionalidade. Hoje, o eleitor vota em qualquer candidato, em turno único. Vence, via de regra, aquele que consegue maior visibilidade, apoiado em uma campanha turbinada pelo poder do dinheiro. Pela proposta da Coalizão, no primeiro turno, o eleitor vota em um programa partidário e numa lista fechada, elaborada e preordenada em eleições primárias. “Assim, elevamos o patamar da luta política. Obrigamos os partidos a assumirem uma identidade clara, política e ideológica. Estimulamos a consolidação e a fidelidade partidária, que deve ser orgânica. O partido tem de ser transparente para entrar na disputa. E acabamos, pela via democrática, com as legendas de aluguel”, esclarece Aldo Arantes.



Já no segundo turno, com base no quociente eleitoral alcançado na primeira votação, cada partido recebe o número de vagas que lhe cabe e apresenta ao eleitor o dobro de opções de candidatos. Ou seja, o partido que, por hipótese, conquistou cinco vagas no primeiro turno, abre a lista e apresenta ao eleitor os dez candidatos preordenados nas primárias. Aldo Arantes pondera que, dessa forma, nessa segunda votação, o sistema eleitoral atende à cultura política brasileira, de votar em pessoas, com algumas boas vantagens: reduz drasticamente o número de candidatos e, por conseguinte, o custo das campanhas, aumenta a transparência do processo e facilita a fiscalização, que, segundo ele, hoje é impraticável.

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR. Crítica recorrente de entidades e organizações da sociedade civil, em especial, aquelas ligadas ao movimento negro, aos coletivos de mulheres, aos povos indígenas e à juventude, a subrepresentação parlamentar também é contemplada no Projeto da Coalizão Democrática. Justifica-se. Atualmente, mais de 70% das cadeiras do Congresso estão ocupadas por empresários, urbanos e rurais, só 9% por mulheres, e elas são mais da metade da população brasileira; 8,5%

por negros, quando 51% dos brasileiros se autodeclararam negros; e menos de 3% jovens, abaixo de 35 anos, que representam 40% do eleitorado.

Para corrigir essa distorção, os partidos serão obrigados a assegurar, desde as primárias, paridade de gênero. Assim, daquela lista de dez candidatos preordenados nas primárias do partido que obteve cinco vagas no primeiro turno da eleição, cinco terão de ser, forçosamente, mulheres. "Há estímulos previstos, também, para a participação de negros e índios", garante Aldo Arantes.

DEMOCRACIA DIRETA. O quarto ponto estruturante do projeto de lei busca assegurar e aperfeiçoar os instrumentos de consulta popular para o exercício da democracia direta, como referendos e plebiscitos.

COLIGAÇÕES. E o quinto resulta e decorre, naturalmente, do sistema proposto de eleição proporcional em dois turnos. Pela nova ordem, uma vez que as alianças terão de estar pactuadas em torno de identidades ideológicas e plataformas políticas, acabam as coligações eleitoreiras, formadas com a finalidade de somar tempo no horário eleitoral gratuito em rádio e TV.

A despeito dessas diferenças, as duas iniciativas se comunicam e se retroalimentam. Em convergência, a Coalizão Democrática engrossou em suas hostes a campanha pelo SIM da Constituinte Exclusiva e, na semana de votação do Plebiscito, militantes organizados nos 1.500 comitês dos 27 estados da federação aproveitaram para colher assinaturas de subscrição ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular.

FONTE DE CORRUPÇÃO

A proibição do financiamento das campanhas políticas por empresas privadas é, de longe, a principal questão entre os que encampam a bandeira da reforma política. É consenso de que a presença dos grandes grupos privados na disputa eleitoral é uma excrescência que resulta na privatização do Congresso Nacional e na captura de seus inquilinos para as votações de interesse empresarial. “Este é o principal problema da democracia brasileira. É estrutural, precisa ser mudado. O dinheiro dos grandes financiadores desequilibra e distorce o resultado das eleições como expressão da vontade popular”, condena o deputado Henrique Fontana. “O financiamento por empresas degrada o sistema político. Não é financiamento, mas investimento, que contribui para o aumento da corrupção, alimenta o Caixa 2 e o superfaturamento de obras”, concorda Aldo Arantes.

O site Os Donos do Congresso, do Instituto de Justiça Fiscal, de Porto Alegre, reúne dados colhidos pelo Tribunal Superior Eleitoral nos comitês de campanha e nos partidos políticos. São números oficiais que registram o seguinte: nas eleições de 2010, concorreram 4.391 candidatos à Câmara Federal e 224 ao Senado. Juntos, os candidatos amealharam

diretamente junto às empresas R\$ 546 milhões e uns quebrados, o que corresponde a 42,95% do financiamento total das campanhas, que alcançou R\$ 1,27 bilhão. O resto veio de partidos e comitês (35,71%) e de pessoas físicas (21,34%).

Na campanha deste ano, ainda no início da corrida eleitoral, em agosto, segundo o jornal Folha de S.Paulo, as doações já eram 52% superiores às registradas no mesmo período de 2010. Os 20 maiores doadores já haviam entregue aos partidos, aos comitês de campanha e a candidatos diretamente R\$ 170,6 milhões. Desse bolo, quase a terça parte, precisamente R\$ 55 milhões, veio de uma única empresa do ramo do agronegócio, a JBS, dona da marca Friboi.

O generoso interesse da Friboi pela política não é novidade. A visita ao site Os Donos do Congresso permite verificar, também, que em 2010 a empresa já figurou no topo da lista dos maiores doadores de campanha, ocupando o 5º lugar. Perdeu, no ranking, para as empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, respectivamente, em 1º, 2º e 3º lugar, que têm nas obras públicas de infraestrutura seu maior filão e, portanto, no Estado brasileiro, o cliente preferencial.

Fato é que, nesta questão do financiamento das campanhas, pode-se pesquisar por diferentes recortes, em diferentes fontes, que se chegará a um mesmo resultado. Com o poder do dinheiro, as empresas privadas desequilibram e controlam as eleições, o que fere o princípio constitucional da isonomia. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, a OAB pediu ao STF a proibição do financiamento de empresas às campanhas eleitorais. O resultado já está definido. Seis dos 11 ministros se declararam pela inconstitucionalidade. O julgamento, porém, foi suspenso porque o ministro Gilmar Mendes pediu vista.

Mas a decisão do Supremo obrigará o Congresso a se debruçar sobre a reforma política para aprovar uma alternativa.

A FORÇA DAS RUAS

Não se pode descartar, entretanto, a hipótese de uma reviravolta neste quadro, uma vez que há parlamentares empenhados em tornar o financiamento de pessoas jurídicas uma prática legal, por meio de emenda constitucional. É aí que a pressão popular poderá fazer a diferença. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo revelou que a maioria esmagadora da população brasileira, 89%, quer a reforma política. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular em articulação no Congresso pela Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas mobiliza uma centena de entidades respeitáveis do movimento social. Com a OAB e a CNBB estão, entre outras, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Essa mobilização é fundamental. O Congresso já mostrou que tem dificuldade de aprovar propostas populares. A reforma política só vai sair se for uma proposta de fora pra dentro. Da sociedade para o Congresso”, adverte Aldo Arantes.

No que depender da turma do Plebiscito Popular, a sociedade vai manter acesa a chama do debate. “O trabalho de base é essencial. A expressiva votação do Plebiscito é o nosso capital político e estamos trabalhando em torno de uma ação específica, que é a convocação de uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Com esse capital político, podemos também, em articulação com outros deputados, elaborar um decreto parlamentar criando um plebiscito oficial, com caráter de lei”, observa o ativista Antonio Neto, representante da Consulta Popular na Secretaria Operativa Estadual do Rio de Janeiro.

COLETIVO PLURAL

Que ninguém duvide dessa capacidade. A campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana da Reforma Política foi decidida em plenária nacional, realizada em setembro de 2013, ainda sob o calor das manifestações de junho, que se estenderam a julho, agosto e setembro. De lá pra cá, o movimento se estruturou em comitês no Brasil inteiro e reuniu mais de 400 participantes do movimento social, de diferentes origens e colorido político. Um coletivo plural, formado por organizações conhecidas pela combatividade, como o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens, Organização Mãos Limpas, Coletivo Quilombo, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros e Levante Popular da Juventude. Engrossam esse caldo entidades de tradição na defesa de direitos políticos e de cidadania, como ABI e UNE, confederações de trabalhadores,

pastorais, ONGs, grupos indígenas e partidos políticos, como PT, PCdoB e PCR, além de mandatos de vereadores, deputados estaduais e deputados federais.

Em 12 de agosto deste ano, esse contingente realizou o Dia Nacional do Plebiscito pela Constituinte da Reforma Política, uma ação preparatória para a consulta da Semana da Pátria. Atos, panfletagens e debates sobre a proposta mobilizaram trabalhadores e jovens em São Paulo, Fortaleza, João Pessoa, Salvador, Recife, Maceió, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Cuiabá, para citar apenas as capitais. E cruzaram fronteiras. Em Paris, o Comitê pela Constituinte também foi às ruas. Com cartazes e panfletos, estudantes residentes na Casa do Brasil explicaram que todo brasileiro pode votar no Plebiscito.

O espírito é de luta permanente. É o que assegura Rafael Tritski, do Levante Popular da Juventude. “Para nós, a mobilização não se encerra com o Plebiscito



O financiamento por empresas degrada o sistema político. Não é financiamento, mas investimento, que contribui para o aumento da corrupção, alimenta o Caixa 2 e o superfaturamento de obras.

ALDO ARANTES

SECRETÁRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DE MOBILIZAÇÃO PARA A REFORMA POLÍTICA DA OAB FEDERAL



YOUTUBE.COM

Popular. As manifestações de junho e julho de 2013, que tomaram as ruas como espaço político, trouxeram uma pluralidade de questões, não só progressistas, mas também conservadoras, muitas inclusive contraditórias. Mas o que havia de comum a todos? A crise de representatividade. A juventude não se sente representada por este sistema político. A bandeira que unifica o coletivo, para além das pautas individuais e corporativas, é a reforma política. Com este Congresso, não dá mais.”

Nacionalizado como movimento em 2012, o Levante Popular da Juventude ganhou notoriedade com a organização dos escrachos a agentes públicos acusados de participarem da tortura a presos políticos durante o período da ditadura militar. Originário dos grupos da Via

Campesina, o Levante contabilizava 1.200 ativistas em 2012, quando realizou seu 1º Acampamento Nacional. Este ano, o 2º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude atraiu 3.500 ativistas. Na ponta do lápis, a organização mais que dobrou de tamanho em dois anos.

Muita água ainda vai rolar por debaixo dessa ponte, até o ano que vem, quando começam os trabalhos de um Congresso que, ninguém se iluda, terá a mesma cara do atual. A renovação, se vier, virá da sociedade. A corrida eleitoral já mostrou isso. Na abertura da campanha, o bispo inverteu a máxima e foi reclamar com a presidente uma posição firme em relação à reforma política. Em cruzada de colher assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, o presidente da CNBB, Dom Raymundo Damasceno, foi recebido em audiência pela candidata à reeleição Dilma Rousseff. ✓

“

A juventude não se sente representada por este sistema político. A bandeira que unifica o coletivo, para além das pautas individuais e corporativas, é a reforma política. Com este Congresso, não dá mais.

RAFAEL TRITSKI
LEVANTE POPULAR DA
JUVENTUDE



Flickr.com/ARTHUR MONTEIRO/AGÊNCIA SENADO

POR SINAL: NO RASTRO DA HISTÓRIA

No auge da crise política provocada pela compra de votos de parlamentares para a formação da base governista do presidente Lula, o chamado Mensalão, a **Por Sinal** produziu uma edição especialmente dedicada às eleições presidenciais. Era o ano 2006. Os quatro candidatos que estavam à frente da disputa eleitoral — Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Cristovam Buarque (PDT) e Heloísa Helena (PSOL) — responderam a várias questões levantadas pela revista. Entre elas, a necessidade de uma reforma política para pôr fim aos esquemas de corrupção no Congresso.

Revisitando as respostas, oito anos passados, conseguimos intuir, minimamente, por que, de lá pra cá, o Brasil não conseguiu mudar as regras que desabonam sua democracia representativa. Já então não havia entendimento sobre o remédio para fechar os ralos da corrupção, ampliar os canais participativos e elevar a credibilidade do Parlamento brasileiro. A despeito da concretude da matéria, convicções e intenções acabam resvalando para um território abstrato que é de todos e não é de ninguém — o Congresso Nacional.

O ex-presidente Lula, por exemplo, defendeu com ardor a urgência de uma reforma política, recorrendo ao velho chavão de que se trata da “mãe de todas as reformas”. E justificou não ter tomado tal iniciativa em seu primeiro mandato: “Tivemos de atender a outras prioridades, porque recebemos um país praticamente quebrado. Agora, felizmente, já colocamos o Brasil nos eixos e vamos deslanchar cada vez mais. Recebi, recentemente, importantes juristas brasileiros que levantaram a ideia da Constituinte paralela para fazer a reforma política. Se a sociedade quiser, levaremos a proposta adiante.”

Cauteloso, Cristovam Buarque ponderou que “não dá para dizer em que prazo vai estar aprovada a reforma

política, porque cabe ao Congresso aprová-la”, mas comprometeu-se, se eleito, a apresentar uma proposta antes de completar cem dias no governo. Defendeu, entre outras regras, o fim da reeleição para todos os cargos executivos, um corte radical, de 30 mil para 5 mil, dos cargos comissionados, como uma forma de fortalecer o servidor público, e a introdução do voto distrital misto, com a eleição em turno único, votando-se primeiro no partido e em seguida nos candidatos (o eleitor confirma o partido, aparece a lista dos candidatos, e ele escolhe), o tratamento da corrupção como crime hediondo e a redução drástica dos custos das campanhas eleitorais. “Não é possível que a democracia seja baseada em custos tão altos de marketing.”

Em posição diametralmente oposta estava Heloísa Helena, do PSOL, de antemão, cética em relação a qualquer iniciativa do gênero: “Não acreditamos em nenhuma reforma que se limite a alterações formais no jogo partidário. Será mais uma maneira de mudar alguma coisa para que tudo continue na mesma.” A candidata criticou duramente o fisiologismo e a corrupção na política representativa, condenou as bancadas no Congresso ligadas ao agronegócio e aos bancos, para concluir que “isso não se resolve no plano formal, mas na luta política”.

Dos quatro, o mais reticente, Geraldo Alckmin levantou a bandeira da ética e do espírito público como predados morais, mas restringiu o escopo da reforma a mudanças eleitorais e, mesmo assim, em etapas: “A reforma política precisa ser feita por etapas. Se for discutir tudo de uma vez, abrir muito o debate, o processo se torna infundável. Sabemos que a pedra de toque do aperfeiçoamento das instituições políticas é a reforma do sistema eleitoral, e nós vamos enfrentar essa questão com decisão.”



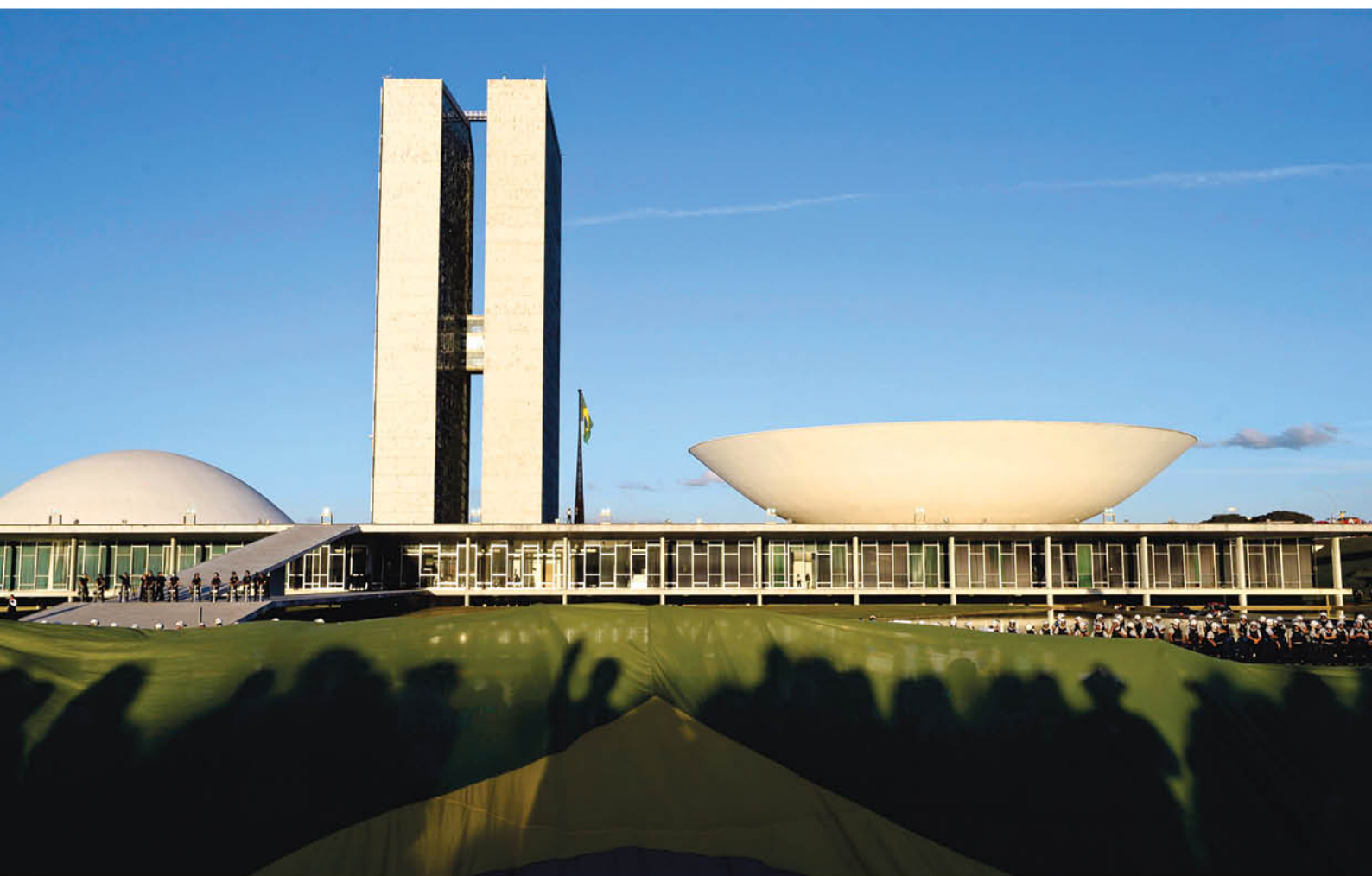
Os direitos do servidor público

MYRIAN LUIZ ALVES



PRIORIDADES DO SINAL

A valorização do BC e de seus funcionários



Fortalecer e ampliar a estrutura do Banco Central é uma das prioridades da agenda de lutas do Sinal no segundo semestre de 2014 e, provavelmente, no próximo ano. A polarização entre as candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva, com grande diferença para Aécio Neves, na terceira posição, segundo as pesquisas, impede uma avaliação mais segura sobre os desígnios do Brasil na economia, e, consequentemente, na gestão do Banco Central.

Na segunda-feira, 8 de setembro, por exemplo, em meio às denúncias de um ex-diretor da Petrobras e sob críticas à condução da política econômica, a presidente-candidata Dilma Rousseff adiantou que, se porventura vier a se reeleger, o ministro Guido Mantega não continuaria em sua gestão. Após alguns dias de mal-estar, por “demitir” seu ministro durante uma entrevista, mudou a versão e disse que ele, por razões pessoais, já pedira para sair. Negou-se a indicar qual seria seu próximo ministro para “não dar azar”.

A troca de ministros poderia atingir outras áreas. Na mesma coletiva, Dilma, cujo slogan de campanha é “Mudança”, afirmou: “Governo novo, equipe nova.” Tudo isso em meio a um conturbado processo eleitoral, que incluiu um doloroso luto pelo candidato do PSB, Eduardo Campos, morto em 13 de agosto, e a rápida ascensão da candidatura, agora à Presidência, de sua vice, Marina Silva, adversária ambiental de sua atual rival no ministério de Lula, o qual incluía ainda seu ex-parceiro de chapa.

Apesar de as manifestações de junho de 2013 pedirem, em primeiro plano, a melhoria dos serviços públicos, o tema, aliado à valorização do funcionalismo, não ganhou o debate presidencial. É como se uma providência pudesse ocorrer sem a outra.

Assim, mais de um ano após os

grandes protestos, realizados nas capitais e em grandes cidades do interior, não se sabe qual dos postulantes será melhor ou pior para os servidores e para os cidadãos, usuários dos serviços, ou seja, o conjunto da população.

Apesar da pobreza do debate político das campanhas, mais preocupadas em atacar uma à outra, é importante observar o atual comportamento no gerenciamento do Estado, em especial, nos últimos três anos, no caso, aqui, em relação à estrutura do Banco Central e de seu corpo funcional.

DESCASO FEDERAL

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela administração dos serviços federais e pelo relacionamento com os servidores públicos, na gestão da ministra Miriam Belchior, trata com desdém tanto as reivindicações dos servidores da autarquia como os alertas da categoria, representada pelo Sinal, à defasagem do corpo funcional da autarquia, que vive atualmente com seu menor quadro pessoal desde 1975.

Esse clima de descaso afeta diretamente o desenvolvimento das atividades do Banco Central, que assiste à diminuição de seu pessoal. Um exemplo é a seção de Belém, única representação da autoridade monetária na região Norte, que abriga sete estados, dois deles, Amazonas e Pará, os maiores do país. A seção agoniza, com menos de 70 funcionários para cobrir mais de 50% do território nacional.

O esvaziamento pessoal é uma das razões citadas pelo presidente do Sinal, Daro Piffer, para defender a autonomia de gestão operacional do BC “com o orçamento atrelado ao da União”. Na verdade, segundo ele, o governo deveria investir na expansão física e pessoal da autarquia, “levando-a para o Oeste”, brinca, dando o exemplo da ocupação



Uma instituição como o Banco Central tem o dever de regulamentar e fiscalizar todo um sistema financeiro que está em expansão. A automação trouxe um mundo que nunca foi explorado — dados, transações —, e esse mundo novo precisa ser fiscalizado com o manuseio dos dados. Não adianta ter tecnologia se não tiver pessoas para analisá-los.

DARO PIFFER
PRESIDENTE DO SINAL

dos Estados Unidos, vista pelo mundo inteiro nos filmes de faroeste nos anos 1950 e 1960, mas com “civilidade”.

“Falta de planejamento é falta de vontade política”, cobra o dirigente, questionando o tratamento desigual do Executivo às regiões do Brasil, com destaque ao Norte e ao Centro-Oeste, que sofrem com a ausência de órgãos federais, como o Banco Central. “Ele, o governo, não está disposto a pensar o futuro e

mesmo o presente, preocupa-se apenas com o andamento, também equivocado, do que já existe e o seu cotidiano, não reflete sobre as necessidades estruturais do país como um todo”, reclama.

Uma rápida olhada no mapa brasileiro, como mostra o cartaz, ao lado, da 26ª edição da próxima Assembleia Nacional Deliberativa (AND), instância máxima do Sinal, a realizar-se em novembro na capital do Amazonas, é suficiente para constatar a desproporcionalidade da presença da autoridade monetária no território nacional.

“Não entendem que o país, junto ao Atlântico, está estruturado. Quando falamos na interiorização da autarquia para o Centro-Oeste e para a Amazônia, estamos cobrando investimentos da Administração. O território tem muita riqueza, e, para colhê-la, é necessário investir”, cobra Piffer, servidor do BC na capital paulista.

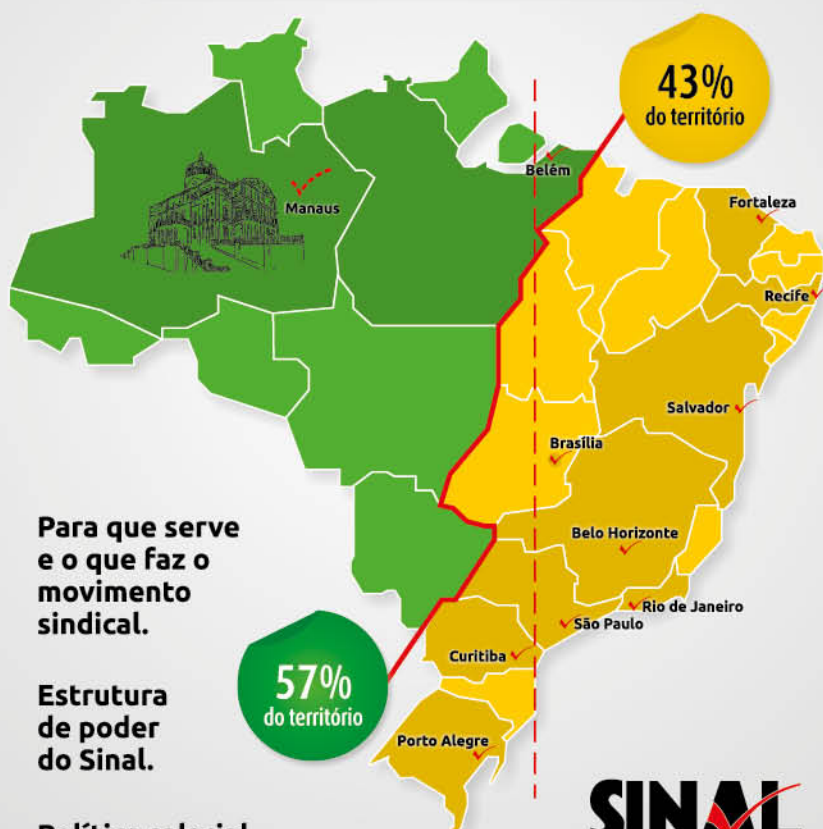
“É preciso gente para analisar os dados, o sistema financeiro do país. A tecnologia deve ser voltada ao trabalho burocrático. Uma instituição como o Banco Central tem o dever de regulamentar e fiscalizar todo um sistema financeiro que está em expansão. A automação trouxe um mundo que nunca foi explorado – dados, transações –, e esse mundo novo precisa ser fiscalizado com o manuseio dos dados. Não adianta ter tecnologia se não tiver pessoas para analisá-los”, ironiza.

Daro cobra maior participação de Brasília nos destinos do país. “Parece que as pessoas se esquecem do Brasil, até os que vêm de regiões carentes do Estado, como a Norte, sede da nossa próxima AND”, esclarece. Segundo ele, é preciso eliminar a lógica do “ir para explorar e voltar rico para casa”, numa perpetuação da cultura do mínimo esforço. A região, rica em minérios, não pode ser apenas exportadora de matéria-prima, é preciso

XXVI AND 2014

3 a 9 de novembro • Manaus • AM

RUMOS DO SINDICATO



**Para que serve
e o que faz o
movimento
sindical.**

**Estrutura
de poder
do Sinal.**

**Política salarial,
gestão do trabalho
e QVT.**

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL
www.sinal.org.br



PODER EXECUTIVO

NOVAS VAGAS

Encaminhado ao Congresso em agosto pela ministra do Planejamento, o Anexo V do Projeto da Lei Orçamentária Anual (Ploa) prevê até 47.112 vagas para contratações por concurso público no Poder Executivo (ministérios, agências reguladoras e Banco Central) no segundo semestre deste ano. São 42.353 postos já existentes, que, a depender da administração, podem ou não ser utilizados. Já para a substituição de terceirizados foram reservadas 4.759 vagas. O montante previsto para o pagamento desses novos servidores será de R\$ 2,053 bilhões e R\$ 224,9 milhões, respectivamente.

No Legislativo (Câmara dos Deputados, Senado e TCU) e no Judiciário (STF, Justiça Federal, Militar, Eleitoral, do Trabalho, do DF e Territórios, CNJ, MPU e CNPU), que possuem independência para suas contratações, foram disponibilizadas 4.438 vagas, enquanto nas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) espera-se a ocupação de 7 mil vagas.

desenvolver sua economia, com o suporte dos órgãos nacionais de controle.

“Quem vier a ganhar mandato para governar a Nação, tem de colocar, embora com outros métodos, o Estado para atuar nos moldes do getulismo, porque, no nosso país, o Estado tem de ser o indutor. Quando ele investe, cria estruturas; o particular, que não é bobo, vai junto”, sugere Piffer.

NOMEAÇÃO JÁ!

A luta pela valorização das regionais, ponto central das discussões da XXV AND, realizada em Belém do Pará na semana da República de 2012, somou-se à dos aprovados do último concurso do Banco Central, em 2013.

Até o momento, o Ministério do Planejamento convocou apenas 250 dos 1.035 aptos a assumirem funções na autoridade monetária, responsável pela estabilização econômica, o poder da moeda e a fiscalização financeira, além

de inúmeras outras atribuições fundamentais para o bom funcionamento do Estado, dispensando um tratamento inexplicavelmente desigual ao dado a outros órgãos do governo federal. Para satisfazer as atribuições de sua estrutura atual – dez seções regionais, incluindo a sede, em Brasília –, a autarquia poderia contar um efetivo de 5.309 analistas e 861 técnicos, perfazendo 6.170 servidores, se fosse obedecida a Lei 9.650/98.

Sem contar as 600 aposentadorias esperadas até o final de 2015, o déficit operacional do BC, às vésperas de completar 50 anos de sua criação, é de 40%. Apesar da gravidade da situação, na segunda-feira, 8 de setembro, o Planejamento, ao publicar a nomeação de 1.149 cargos para seis órgãos públicos, excluiu o BC.

Representante da Comissão de Aprovados, Vanessa Caliman lembra que a demora nas nomeações representa também uma grande perda de conhecimento ao órgão. “Com essa vagarosa reposição

no quadro, o desempenho das atribuições no BC é prejudicado”, disse a jovem concursada ao Correio Braziliense, ressaltando a importância da transferência de conhecimento entre as atuais e as novas gerações de servidores.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Num movimento exatamente inverso, o Banco Central brasileiro é o único entre as principais economias a diminuir sistematicamente seu efetivo, principalmente a partir da crise global de 2008, que surpreendeu bancos centrais

de vários países com a perda de seus quadros para o mercado, resultado da desvalorização dos trabalhadores e dos cortes de direitos sociais e dos gastos públicos, que afligiram e ainda afligem principalmente os servidores europeus.

Enquanto a Alemanha, por exemplo, mantém um efetivo de mais de 9 mil servidores em seu Banco Central, dos seus 6.500 funcionários da década de 1990, o BC brasileiro trabalha no momento com apenas 4.156, já incluídos os 250 novos contratados de maio. Para Piffer, é imprescindível observar se o número de escândalos financeiros que se sucedem anualmente no país não é consequência imediata da escassa fiscalização em vários segmentos, dada a extensão territorial *versus* escassez de mão de obra no serviço público.



O Brasil pode melhorar de humor. É preciso virar essa mesa. Embora não saibamos se o próximo período será melhor ou não para o servidor, a independência, ou a não ingerência, entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tem de estar garantida.



Flickr.com/LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

CONGRESSO NACIONAL

As bandeiras do servidor

Em peregrinação constante no Congresso Nacional no acompanhamento aos projetos de lei e outras proposições de interesse do funcionalismo e dos servidores do Banco Central, em particular, o Sinal articula semanalmente a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição 147/2012, que eleva o salário de especialista da autarquia ao topo do Executivo, ou a 90% dos subsídios de ministros do Supremo Tribunal Federal. A PEC, de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), tramita em comissão especial da Câmara.

Registra-se que, no fim de agosto, o STF propôs um projeto de lei para reajustar os salários dos ministros a partir de 1º de janeiro de 2015, passando de R\$ 29.462,25 para R\$ 35.919. A proposta, que deverá ser votada com o Orçamento da União, repõe perdas salariais de 16,11%, em decorrência da inflação do período de 2009 a 2014.

Essa e outras bandeiras do Sinal, específicas dos servidores do BC, somam-se à reivindicação do mais básico dos direitos fundamentais do funcionalismo: a regulamentação da negociação coletiva e do direito de greve. Sem a regulamentação da lendária Convenção 151 da OIT, que estabelece as relações governos-servidores, ano a ano repete-se a mesma burocracia nas negociações de reposição salarial e reajuste de benefícios.

Há mais de 12 anos, recorda Piffer, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início à negociação na prática, mas não a oficializou na letra da lei, situação

semelhante ao que ocorre com a chamada autonomia do Banco Central.

“É como se o Executivo pensasse: bom, se der algo errado, pelo menos não está no papel”, provoca o presidente do Sinal, recorrendo à história do czar Alexandre III, da Rússia. Conta-se que após ter implantado escolas para os colonos, o czar foi assassinado por uma organização nascida no interior dessas escolas, ou seja, é como se sua morte decorresse de seu próprio ato.

Dessa forma, numa ação quase instintiva, ou permanente no imaginário social, governos de diferentes matizes costumam tratar seus servidores como adversários, ou até inimigos. Ao lidar com os dirigentes sindicais do conjunto das categorias das esferas e dos poderes da República, encarnam-se num “patronato” sempre incomodado com as legítimas reivindicações desse conjunto de trabalhadores.

Essa forma de relacionamento, endurecida, marcou, e ainda marca, por exemplo, o estilo Rousseff/Belchior no trato com o funcionalismo em geral, com mais ênfase contra os servidores de carreiras de Estado, durante a campanha salarial 2012, ao serem chamados de “sangue azul” pelo governo. A reposição salarial de 15%, dividida em três anos, conhecida como o acordo 5-5-5, não foi uma negociação, recorda Daro, foi uma “imposição”.

“A negociação coletiva é o melhor instrumento para superar desavenças e impasses, daí ser urgente e necessária a regulamentação de direitos recomendados

desde a década de 1970 pela OIT”, reclama o dirigente, que já participou de audiência pública no Senado em defesa do Projeto de Lei 287/2013, apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Casa, baseado em proposta do Fórum Nacional Permanente de Carreiras de Estado (Fonacate), integrado pelo Sinal.

Além dessa proposição, o debate no Parlamento sobre negociação coletiva e direito de greve dos servidores inclui o PLS 710/2011, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

REFORMA POLÍTICA JÁ

A polarização das candidaturas do PT e do PSB à Presidência da República, também somada às denúncias contra parlamentares que supostamente recebiam propinas de contratos da Petrobras, tumultuou as previsões para a nova composição do Congresso Nacional. “Esse quadro ainda nebuloso reforça a urgência do debate da reforma política”, afirma Daro Piffer, numa crítica à submissão do Parlamento ao Executivo. Basta observar, diz, a luta dos aposentados e pensionistas em favor da PEC 555/2006, que já conta mais de 80% das assinaturas de parlamentares, para incluí-la na pauta de votação no plenário da Câmara. O presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), exige no requerimento a assinatura da liderança do PT, partido da presidente da República, que obviamente não tem interesse na aprovação da matéria.

Para o presidente do Sinal, o movimento social e sindical deve cobrar a independência entre os três poderes. “O Brasil pode melhorar de humor. É preciso virar essa mesa. Embora não saibamos se o próximo período será melhor ou não para o servidor, a independência, ou a não ingerência, entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tem de estar garantida”, finaliza.



FLICKR/COM/AGÊNCIA SENADO

REGULAMENTAÇÃO DO ARTIGO 192

O Sistema Financeiro Cidadão

No Senado, uma das lutas acompanhadas e articuladas pelos dirigentes gira em torno da tramitação do Projeto de Lei 363/2013, apresentado pelo senador Gim Argello (PTB-DF). O projeto, que regulamenta o artigo 192 da Constituição, é baseado em proposta discutida e elaborada pelo Sindicato, Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). “Já são mais de 25 anos da Carta Magna e o artigo ainda aguarda regulamentação. Acreditamos que o foco do sistema financeiro tem de ser o cidadão”, conta Daro, explicando uma das principais bandeiras defendidas pelo Sinal.

A proposição prevê a criação do Conselho Nacional de Política Econômica e Financeira, em substituição ao Conselho Monetário Nacional (CMN). O texto, que poderá ser alterado durante sua tramitação nas duas Casas do Congresso, propõe um conselho de 13 integrantes, formado pelo ministro da Fazenda, os presidentes do Banco Central, da Superintendência de Seguros Privados, da Comissão de Valores Mobiliários e o superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A sociedade, segundo a proposta, seria representada com a indicação de um servidor de instituições reguladoras e supervisoras,

um trabalhador em atividades no sistema financeiro nacional, um membro oriundo das instituições de microfinanças ou de microsseguros, um usuário do sistema financeiro nacional e quatro membros dos setores financeiro, rural, industrial e de serviços.

“Se queremos ter um sistema financeiro voltado aos interesses da população, temos de ter participação da sociedade no Conselho. Hoje, o CMN atua mais como um órgão executivo do governo do que como um conselho onde os assuntos são discutidos e depois aprovados”, enfatiza Daro Piffer. ✓



Novo Plano de Benefícios da Centrus

Como estão seus planos para a aposentadoria?

A aposentadoria é uma **fase muito importante da vida**, mas maioria das pessoas deixa para pensar no assunto somente ao se aproximar dela, quando poderá ser difícil viabilizar projetos de vida que dependam de **suporte financeiro**, pois requer tempo para acumular o montante necessário.

Muitos se esquecem que **deixarão de receber** parte importante da renda na aposentadoria, por exemplo a função comissionada. Além disso, as novas regras do RPPS para o servidor público estabeleceram teto para pagamento do benefício, podendo ser necessário complemento para realizar seus objetivos.

Por esse motivo, é imprescindível **planejar a sua aposentadoria** o quanto antes!

Opções de complemento para a sua aposentadoria

Existem diversas formas acumulação de recursos para essa fase da vida: investimentos em imóveis, renda fixa, poupança, ações...

Como previdência, tem a Funpresp, que oferece plano de aposentadoria complementar aos servidores federais.

Você também pode contar com o **Plano de Contribuição Definida - PCD**, que é o plano oferecido pela Centrus **exclusivamente aos servidores do Banco Central**.

Vantagens de participar do PCD

- **Contar com a solidez e a tradição da Centrus**
- **Opção de diversificação de investimentos**
- **Maior segurança e controle sobre o valor investido possibilitando planejar melhor o seu futuro**
- **Administração dos investimentos realizada por profissionais especializados**
- **Encargos de administração competitivos**
- **Proteção familiar, com a contratação facultativa de seguro para cobertura adicional por morte ou invalidez**
- **Possibilidade de portar recursos de PGBL ou de outro plano de aposentadoria**
- **Incentivo fiscal com dedução do valor das contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda**

Acesse www.centrus.org.br para saber mais:

- » **Material Explicativo e Regulamento do Plano**
- » **Vídeos sobre o Plano, educação financeira e previdenciária e regimes de tributação**
- » **FAQ e simulador de benefícios**

Utilize nossos **Canais de Atendimento**:

- » **0800 704 04 94 / (61) 2192-1414 - E-mail: pod@centrus.org.br**

Ou faça-nos uma visita:

- » **Ed. Corporate Finance Center - SCN - Quadra 2 - Bloco A - 8º andar**

O FUTURO DO BRASIL

COM A PALAVRA, OS CANDIDATOS DILMA ROUSSEFF E MARINA SILVA



Em uma conjuntura confusa, de discussões muito acirradas, e que conta, para o bem e para o mal, com a participação ativa das redes sociais, achamos que nossos leitores gostariam de conhecer o que pensam os próprios candidatos sobre os temas debatidos nesta edição especial da **Por Sinal**, que tanto mobilizam a sociedade. No caso, os três que estão à frente nas pesquisas Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves. Para isso, elaboramos perguntas, por escrito, que foram enviadas às três campanhas, e que inicialmente seriam editadas junto às matérias. Por um problema de produção (as respostas chegaram tarde) e para garantir a circulação em tempo hábil da revista, decidimos criar um capítulo novo, reunindo nossas perguntas e as respostas dos dois candidatos que conseguiram cumprir os prazos de entrega do material, acordados com as campanhas.

Confira, ao lado, o que a coordenação das campanhas de Dilma e Marina têm a dizer para os leitores da **Por Sinal**.

FLAVIA CAVALCANTI

Crescimento sustentável, com inclusão

■ É possível crescer a taxas maiores, sem alimentar a inflação, respeitando o meio ambiente, distribuindo renda e gerando empregos? Dentro dessa perspectiva, o que deve ser feito para ajustar ou corrigir a atual política econômica? No caso de um novo ajuste fiscal e de cortes nos gastos públicos, o que seria cortado?

■ Qual é a receita para recuperar o fôlego da indústria? Como atrair os investimentos privados, nacionais e internacionais? A política do governo, baseada na desoneração tributária e nas compras governamentais de alguns setores industriais, está funcionando? Quais as bases de uma política industrial de longo prazo que o candidato defende?

■ Enquanto nos países europeus a concentração de renda e a desigualdade estão aumentando, no Brasil, os dados indicam uma situação inversa. Em 2012, o país alcançou o menor nível de desigualdade, desde 1960. O que fazer para dar continuidade a esse processo? As regras atuais de reajuste do salário mínimo serão mantidas? No caso do Bolsa Família, criticado por alguns setores como um programa assistencialista, serão necessários ajustes?

DILMA ROUSSEFF— O modelo econômico adotado pelos governos do PT e aliados caminhou na direção da distribuição de renda e da inclusão de grande parte da população na economia, por meio do emprego e do consumo. E teria andado mais, não fosse a crise econômica internacional. Os grandes pilares das políticas adotadas nos 12 últimos anos foram a solidez econômica e a amplitude das políticas sociais. A primeira deu tranquilidade ao país para crescer a partir de seu mercado interno. Com reservas robustas, a ampliação do volume de exportações, a inflação sempre dentro das metas, a redução da dívida pública e o pagamento da dívida com o FMI — que tirou o país do circuito dos países que, por dependência do Fundo, eram obrigados a seguir a sua política —, foi possível manter a estabilidade da economia brasileira mesmo nos

momentos de crise financeira internacional.

Se teve alguma repercussão recente sobre os níveis de crescimento do país nos últimos dois anos, a crise internacional, iniciada em 2008, não produziu os efeitos de recessão e desemprego, como ocorria no passado. O País continuou criando novos postos de trabalho, enquanto no resto do mundo se desempregava. Não permitir que os mais pobres pagassem a conta foi uma decisão política, em favor da qual foram mobilizados os instrumentos de gestão econômica.

É lógico que existem ajustes a serem feitos, devido ao prolongamento da crise econômica internacional, mas a grande resposta do país a isso tem que ser não apenas resistir à crise, mas continuar construindo o futuro. No segundo mandato, o governo Dilma vai inaugurar um novo ciclo de mudanças, mantendo os dois pilares (solidez econômica e amplitude das políticas sociais) e acrescentando ao modelo um novo pilar, o da competitividade produtiva, que será atingida por meio de investimentos em produção, em infraestrutura social e econômica, no consumo de massa, na redução da burocracia e, essencialmente, no investimento público em Educação e em Ciência, Tecnologia e Inovação. O incremento da produtividade se dará pela modernização do parque industrial brasileiro, pelos fortes investimentos em curso na área de infraestrutura e por um salto na Educação e na qualificação profissional.

Já foi superado um período da história em que decisões de política econômica eram forçadas pela opinião pública especializada, com base no que era pretensamente “moderno” ou “antigo”. Doze anos depois do início dos governos do PT, os analistas econômicos precisam entender que política econômica não é modismo, mas opção política. As escolhas de condução econômica são tomadas em função dos resultados que se espera obter — e o governo Dilma quer que suas iniciativas resultem em menos desigualdade, mais oportunidades a todos e um desenvolvimento inclusivo.

MARINA SILVA— 1. O crescimento potencial do Brasil foi seriamente comprometido por falta de investimentos nos últimos anos. Os números do IBGE dão conta de cerca de 20% sobre o PIB, que mal dão conta da depreciação do estoque de capital que temos, já incluindo os investimentos estrangeiros. O que no primeiro decênio do século estimava-se que tínhamos capacidade para crescer 3,5% a 4%, hoje é consenso entre os economistas que caiu para cerca 2% a 2,5%, na hipótese otimista. Não estamos obtendo, na média dos últimos quatro anos, nem isso. Adicionalmente, apesar do crescimento baixo, que, em condições normais de temperatura e pressão, seria compatível com uma inflação controlada, os índices de preço ao consumidor

foram galgando patamares cada vez maiores, flutuando agora em torno do teto do que o Banco Central tem por mandato entregar. Cabe adicionar que os números do IPCA estão grosseiramente represados pelo uso das tarifas públicas para segurar a inflação. Não se deve alimentar a expectativa da “bala de prata”. Está muito mais para, no linguajar economês, o que se chama de equação simultânea, em que tudo depende de tudo. Por onde se começa a tratar uma emergência médica? Tem uma lógica, mas certamente não é a do imobilismo diante do risco de colapso.

Política monetária e fiscais devem ser entendidas como remédios de urgência, sem os quais o paciente morre. Há que se combinar a dose adequada para que se salve o enfermo, a fim de que ele recupere os sinais vitais. O mínimo de impacto possível é fundamental para que a recuperação seja a melhor possível no futuro. A analogia serve para a economia. A economia crescerá quando a inflação for baixa, para que o benefício seja coletivo e sustentado. A inflação pune o trabalhador de mais baixa renda e a concentra, que é justamente o que não queremos. Ao provar que somos capazes de atender adequadamente o paciente, tirando-o do estado crítico, a confiança volta. Os empresários locais e externos vão saber que há futuro no consumo, nos investimentos e nas exportações. Há como realocar gastos públicos através da melhor alocação, com gestão profissionalizada e metas. O crescimento, que é resultado da saúde econômica, é o principal aliado do ajuste das contas públicas, através do aumento da arrecadação, sem aumento de carga tributária. Sabemos que precisamos de recursos para gastos sociais ambiciosos e é do ciclo positivo que eles virão, mas o tempo em que cada ponto deste é alcançado é diferente, como o paciente que não sairá andando normalmente antes de sair do coma.

2. Mais uma vez, é a confiança no futuro. Esmola do governo, protecionismo não recíproco, câmbio artificialmente dirigido para o setor, financiamento público subsidiado para quem o teria a juros competitivos no mercado, proteção tarifária para indústria que dispõe de canais facilitadores dentro do governo, dentre outros mecanismos, não são vias sustentáveis para “salvar” a indústria. Há indústria brasileira é complexa, diversificada, tecnologicamente avançada e competitiva. Mas deve-se reconhecer que há segmentos dela que nasceu e cresceu sob as asas do Estado e que, sem elas, nem todo esforço seria suficiente para inseri-las no contexto global. As verdades são difíceis de serem ditas e mais difícil ainda de serem ouvidas. O mundo mudou. A China é uma realidade e boa parte dos países abriram mão de sua indústria local em favor do produtor de menor custo. Mesmo que isso tenha sido feito às

custas de mão de obra semiescrava, sem democracia, violações tributárias e forte interferência estatal. O espírito empreendedor releva o que lhe convém. Em certos setores, a China é capaz de suprir toda demanda global e ainda sobra capacidade. Como concorrer com essa escala? Há produtos, hoje em dia, que a China já nem se interessa mais na produção e a transferiu para países de custos ainda menores, como Laos, Camboja e Vietnã. Portanto, é necessário compreender a nova ordem industrial global para posicionar o Brasil naquela produção em que temos condições de concorrer. Meras distorções tributárias, por exemplo, faz com que exportemos grãos de soja, ao invés de óleo e farelo. Existem vários exemplos semelhantes. Por isso, a reforma tributária é tão importante para que concentremos esforços naquilo que temos diferenciais. E eles não são poucos...

3. Não só nos países europeus, mas também nos EUA e na média da OCDE, houve concentração de renda no período recente. Há uma questão de como se mede isso, através geralmente do chamado Coeficiente de Gini. Outro ponto, é a base a partir da qual se parte. Mas nada disso reduz a importância da observação. No Brasil, a explicação é mais fácil, pelo menos para nós brasileiros. Políticas de distribuição de renda, correção das perdas histórias do salário mínimo, retorno ao crescimento médio do País, escassez de mão de obra qualificada e não qualificada, que entraram repentinamente no mercado, especialmente no setor de serviços, para atender o consumo doméstico crescente e a formalização do mercado de trabalho são os principais motivos da queda do coeficiente de Gini (diminuição das desigualdades de renda).

Nos outros países mencionados, a transferência dos empregos industriais, principalmente, para a Ásia, a concentração das atividades em setor de alta tecnologia, cujas remunerações são muito acima da média, favoreceram em muito essa tendência. O recuo do estado do bem estar social deteriorou a qualidade dos serviços públicos, principalmente educação e saúde. É também parte da reorganização das forças econômicas globais. O evento China, na proporção que tomou, nasceu nos últimos quinze anos. Não se pode desprezar isso. Os países ditos em desenvolvimento passaram a liderar o crescimento mundial. Para dar continuidade a esse processo no Brasil é preciso rebalancear a equação do crescimento. A distribuição de renda deu um mínimo de dignidade a uma enorme parcela da população. Isso foi feito, corretamente, quando os ventos globais sopravam a nosso favor. Não sabemos quando isso ocorrerá de novo. O ciclo de crescer à base do consumo reprimido desse grande contingente de novos participantes do mercado acabou. Agora é preciso crescer em outras bases, com investimentos provenientes na confiança no País. Caso isso não ocorra, é inevitável que a fase do emprego farto e salários em alta irá acabar, como aliás os números já mostram que começou a acontecer.

O programa de Bolsa Família é uma conquista social. Muitos não entendem que o valor / família é extremamente baixo e os benefícios muito altos. Muitos não entendem, porque não conhecem o Brasil além das capitais, que o Bolsa Família, na maioria dos casos, é a diferença entre viver ou morrer de fome. Ninguém gosta de receber o bolsa família. Se estes que a recebem tivessem oportunidades de estudar, trabalhar e ganhar seu sustento sem programas assistenciais (são assistenciais mesmo, qual o problema?) não optariam por isto. Um dia, quando chegarmos a padrões civilizados, os críticos verão que a assistência foi, de fato, necessária. Mas que tal ajudar, até lá?

SISTEMA POLÍTICO

A democracia que queremos

■ Há consenso entre os candidatos que o atual sistema político brasileiro está viciado, é fonte de corrupção e precisa urgentemente de uma profunda reestruturação. A sociedade, embora de maneira difusa, está manifestando isto: não confia na política atual, não se sente representada por este Congresso, e quer mudanças, embora não indique exatamente quais. O que precisa ser feito para viabilizar a tão falada reforma política?

■ Qual a importância dos instrumentos de consulta e de participação popular para o aprofundamento da democracia no país? Como institucionalizá-los?

DILMA ROUSSEFF— A Constituinte de 1988 mexeu profundamente nas garantias de direitos sociais e políticos e avançou muito nas outras áreas, mas não conseguiu mudar o sistema político-eleitoral brasileiro, que foi estruturado ao longo da história incorporando os vícios da política tradicional. E assim permaneceu por mais de duas décadas de ditadura.

A reforma no sistema político esteve na agenda do Congresso desde a Constituinte de 1988, mas não saiu do papel devido à uma enorme resistência dos partidos a mudanças no sistema partidário e eleitoral. A reforma política não vai conseguir caminhar se a sociedade não assumir esse debate. Este é um tema que deve ir a plebiscito. É a única forma de enfrentar as

fragilidades de nosso sistema político sem que a profundidade deste debate seja comprometida pelos interesses eleitorais dos parlamentares.

Por essas razões, a reforma política deve ser por meio de uma Constituinte exclusiva, mas com o cuidado e a clareza de que a nova lei deve dotar o país de partidos sólidos, que efetivamente representem os eleitores e exerçam o papel para o qual foram eleitos. Pode-se fazer qualquer tipo de crítica aos partidos que existem hoje no país, mas jamais se deve negar o papel que lhes cabe no exercício da democracia.

MARINA SILVA— 1. A candidata Marina abriu a porta para mudar a lógica do sistema político ao declarar que, independentemente da mudança das regras atuais, não será candidata à reeleição, caso seja eleita. Como ela mesma falou, “eu não sou obrigada pelo partido a concorrer”. Apenas é um sinal de que o poder não dever ter como objetivo a perpetuação. A ideia é que venham outros, que se formem quadros, que não se fique refém do Congresso para garantir apoio para as eleições seguintes. De imediato, não precisamos correr atrás de o maior número de aliados possível. É necessário que os afinados com as propostas do governo venham para apoiar as reformas. As propostas chave da reforma política são de fim da reeleição, com mandatos de 5 anos e unificação do calendário geral das eleições, além de outras mudanças serão propostas.

2. Queremos permitir a convocação de plebiscitos e referendos pelo povo e facilitar a iniciativa popular de leis, mediante redução de assinaturas necessárias e da possibilidade de registro de assinaturas eletrônicas. Mais transparência dos mecanismos nas doações para campanhas eleitorais. Redefinição do tempo de propaganda eleitoral gratuita. Possibilitar candidaturas avulsas. Adotar novos critérios na definição da ordem dos eleitos para cargos proporcionais. Para institucionalizá-los, é necessária a negociação política e Congressional.

CIDADANIA

Serviços de qualidade para todos

■ Os serviços públicos no Brasil funcionam mal e não atendem às necessidades da grande maioria da população. Para os mais ricos, os serviços privados ainda dão conta. Para a população mais carente, os

direitos universais de educação e saúde de qualidade, previstos na Constituição de 1988, não estão garantidos. Fala-se muito na falta de recursos. Isso é verdade, meia-verdade, ou o problema diz respeito à má gestão administrativa, envolvendo as três esferas governamentais?

DILMA ROUSSEFF— As ações de saúde são operacionalizadas por meio do compartilhamento da gestão com estados e municípios, e com a participação da sociedade, para que o Sistema Único de Saúde (SUS) alcance os resultados pactuados nas três esferas.

Como resultado de políticas públicas de saúde, coordenadas pela União, podemos afirmar que houve expressiva melhoria das condições de saúde do povo brasileiro, nos últimos anos. Um resultado que é fruto da expansão das ações e serviços garantidos pelo SUS, e também pelo crescimento econômico e a implementação de políticas sociais de combate à pobreza, ampliação do tratamento do esgoto e aumento do acesso à água tratada durante os anos de governos do PT e aliados.

O SUS avançou muito nesses 12 anos, com a implementação de diversos programas e ações. Um exemplo é a estratégia Saúde da Família, programa que ampliou sua cobertura populacional por equipes de 52,72% em 2010 para 56,4% (109,4 milhões de pessoas), em 2013. Atualmente são mais de 35 mil equipes implantadas em um total de 5.352 municípios atendidos com a estratégia. De acordo com o Censo das Unidades Básicas de Saúde, realizado pelo Ministério da Saúde, cerca de 40 mil unidades estão em funcionamento e a cobertura da atenção básica no país alcança 130 milhões de pessoas. Estados e municípios receberam fundo a fundo, pelo bloco de financiamento da Atenção Básica, R\$ 11,1 bilhões, em 2011, R\$ 12,6 bilhões em 2012 e, em 2013, R\$ 13,2 bilhões.

Um levantamento realizado pelo Ministério da Saúde de 2010 a 2013 demonstrou que a fila de espera diminuiu 36,3% e que o usuário do SUS acha seu atendimento melhor do que o não usuário do SUS. Na verdade, 100% dos brasileiros são beneficiados, pois a erradicação de doenças e prevenção coletiva das campanhas de vacinação, por exemplo, são promovidas pelo SUS para toda a população.

Em 1990, de cada mil crianças nascidas vivas, 47 morriam. Em 2011 esse mesmo número caiu para 15. Antes dos governos petistas, muitas crianças morriam por desnutrição, pois os desnutridos têm maiores chances de morrer de diarreias. Sem vacinação, as crianças estavam expostas a doenças que são evitáveis quando acompanhadas de perto por especialistas em saúde.

MARINA SILVA— Para ser direto, é meia verdade. Há má gestão administrativa nas três esferas de governo. Corrigir, através de um sistema de atendimento que se baseie no reconhecimento do mérito, da alocação mais descentralizada dos recursos entre Estados e Municípios, dotando-os de recursos para tal. Além disso, propomo-nos a implementar gradualmente, ao longo de quatro anos, a proposta do projeto de lei de iniciativa popular de vincular 10% da Receita Corrente Bruta da União para o financiamento das ações de saúde. Os custos do serviço de saúde, que já não são suficientes hoje, são crescentes a longo prazo e isso precisa ser reconhecido.

■ **No caso da Saúde, que medidas devem ser tomadas para que o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado um dos programas universais de saúde mais avançados do mundo, possa de fato oferecer um atendimento de qualidade à população mais carente?**

DILMA ROUSSEFF— O SUS é uma das principais políticas sociais do país. Os gastos federais com Ações e Serviços de Saúde cresceram em termos nominais 235%, saindo de R\$ 27,2 bilhões, em 2002, para R\$ 91 bilhões, em 2014. Na condição de política de Estado, envolve as três esferas de governos - federal, estaduais e municipais. Fortalecer e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS) implica ampliar sua cobertura de serviços de forma planejada, buscando evitar sobreposições de atribuições entre os entes federativos. O SUS é exemplar pelo seu caráter universal e pela opção pela cooperação federativa como instrumento.

O cenário de mudanças demográficas e epidemiológicas, apontado para os próximos anos, exigirá o enfrentamento dos determinantes sociais da doença, por meio de políticas públicas intersetoriais, articuladas com as áreas de educação, trabalho, previdência, assistência social, saneamento, meio ambiente, cultura e direitos humanos, entre outras. O já esperado envelhecimento da população brasileira exigirá a intensificação de políticas de promoção da saúde aliadas ao aumento da oferta da atenção a doenças crônico-degenerativas e neoplasias, incluindo tecnologias e leitos hospitalares especializados, com forte regulação estatal dos serviços.

MARINA SILVA— A ideia é, obviamente, atender da forma mais humanizada possível a todos os cidadãos que procurem o serviço público, independentemente se são ou não contribuintes do INSS. Saúde é um direito universal e o Brasil garante o atendimento a todos. Mas qualidade ainda é o maior problema, que deve ser enfrentado com gestão, estímulo aos profissionais de saúde, investimentos em tecnologia e infraestrutura.

Os recursos são cruciais e é impossível fazer tudo ao mesmo tempo, mas alguém tem que iniciar o processo de pensar no paciente em primeiro lugar.

AGENDA SINAL

Os direitos dos servidores

■ O Brasil é um dos países com mais cargos de confiança na administração pública. Políticas de Estado, que deveriam servir à população, acabam virando políticas de governo e são deixadas de lado nas novas administrações. Ocupar a máquina pública com servidores de carreira, valorizados nas suas funções, não é um caminho para melhorar a eficiência dos serviços públicos e diminuir a corrupção?

DILMA ROUSSEFF— Em relação aos cargos de confiança a questão principal não é a quantidade e sim por quem eles são ocupados. Atualmente, os funcionários de carreira ocupam 70% desses cargos. Aliás, foi o presidente Lula quem estabeleceu, por meio de decreto, em 2005, os limites ao livre provimento dos cargos de confiança. Há diversos níveis em que 75% só podem ser ocupados por servidores de carreira, em outros, 50%. Em 2010, foi assinado outro decreto, vedando o nepotismo no âmbito da administração pública federal. Não podem ser feitas nomeações, contratações ou designações para cargo ou função de confiança de parente de ministro de Estado ou da autoridade máxima administrativa, ou de outro ocupante de cargo de confiança. Todas essas iniciativas objetivam valorizar os servidores públicos federais, que são indispensáveis para as políticas que adotamos, principalmente as relacionadas com as áreas sociais.

MARINA SILVA— Sim. Marina defende um serviço público sem vícios, que respeitem o dinheiro público. É necessário investir na profissionalização do servidor público. Cargos comissionados devem ser reduzidos. Marina incorporou a proposta de Eduardo Campos, falecido em 13 de agosto, de selecionar através de currículos colaboradores que não sejam de carreira. Só isto deve diminuir é o número de cargos comissionados, de funcionários nomeados por indicação política. Para Marina, esses quadros devem ser reduzidos ao mínimo necessário. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União,

dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Em sua visão, a administração precisa ser dotada de pessoal qualificado para planejar, executar e monitorar políticas públicas, com menor ingerência político-partidária na administração pública. Sua perspectiva no governo será de um Estado transparente, competente e profissionalizado, o que é exatamente o que espera quem presta concurso público.

■ Que regras devem ser adotadas para o direito de greve e a negociação coletiva do servidor, previstos na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho?

DILMA ROUSSEFF— Um dos últimos atos do presidente Lula, foi a ratificação da convenção 151 da OIT que trata da negociação no setor público, demanda história dos servidores e do movimento sindical. Em 2013, Dilma Rousseff assinou o decreto que dá início ao processo de regulamentação deste direito, que envolve a construção de uma legislação que estabeleça as regras e as condições tanto para a negociação coletiva entre o Estado e os servidores, como para o exercício da greve. O direito à greve é um dos direitos fundamentais que constituem o alicerce da democracia.

No caso do setor público, é importante que o exercício da greve seja um instrumento legítimo dos trabalhadores, mas que garanta o atendimento das necessidades básicas da população. A construção de uma lei que equilibre estes direitos e deveres dos servidores exige amplo processo de debate envolvendo todos os atores sociais: Estado, servidores e população. É este processo que está em andamento no governo. Enfim, esta regulamentação será um avanço importante para a garantia de melhores serviços e melhor atendimento à população, pois um serviço público de qualidade pressupõe também o respeito e a valorização dos servidores. O governo Dilma está avançando neste sentido e vai avançar ainda mais no novo mandato.

MARINA SILVA— O programa defende o respeito à autonomia do movimento sindical em relação ao governo, abrindo canais sérios de diálogo do governo com representantes dos trabalhadores sobre as reivindicações. Além disso, queremos retomar o Foro Nacional do Trabalho para redesenhar o modelo de relações do trabalho pelo diálogo tripartite entre governo, trabalhadores e empresas.

■ O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) formulou projeto de lei para regulamentar o artigo 192 da Constituição de 1988,

propondo ampliar a “missão” do Banco Central, até hoje focada na saúde do sistema financeiro e no controle da inflação. Para o Sindicato, o Banco precisa se comprometer, também, com a geração de empregos e o crescimento sustentável. O (a) candidato (a) concorda com isso?

■ **Qual a posição em relação à autonomia orçamentária e administrativa do Banco Central?**

DILMA ROUSSEFF— Hoje, o Banco Central tem autonomia operacional, mas não tem autonomia formal. Isso quer dizer que a sua diretoria é escolhida pelo presidente da República, que é eleito pelo povo, com uma plataforma que inclui a gestão econômica e financeira do país, com todas as suas implicações. A opção de autonomia formal pode levar a políticas financeiras mais restritivas que resultem em recessão e desemprego; ou políticas muito frouxas que podem levar a mais inflação etc. Dentro de parâmetros estabelecidos – as metas de inflação e as metas fiscais – as sucessivas direções do BC têm operado com grande liberdade e com muita estabilidade. Não existiram mudanças abruptas de comando durante os governos Dilma e Lula. Não se pode pensar, todavia, numa autonomia que se sobreponha ao poder de um mandatário presidencial, apoiado num programa de governo, eleito pelo voto popular, porque isso daria um poder de o presidente do BC interferir no compromisso assumido entre o presidente da República e o seu eleitor. Torná-lo independente, como pretendem outros candidatos, resultaria numa disputa de comando da política econômica e financeira.

Quando à emenda que fixa outras metas de balizamento da ação de política monetária do BC, ela fica relativizada se o poder da presidência do BC for entendido no seu sentido estrito, como parte de uma política escolhida nas urnas, com base no programa do presidente eleito. Nesse caso, a política econômica, que definiria outras metas como de emprego e crescimento sustentável, vão para a órbita da pessoa eleita para a Presidência da República. Essas políticas econômicas são escolhas políticas, referendadas no processo eleitoral.

MARINA SILVA— Não se deve servir a dois senhores ao mesmo tempo. Quando se tenta a façanha, o resultado em geral é ruim. O Banco Central atual entrou nessa empreitada e vemos o fruto colhido. Baixo crescimento e inflação alta. Há muita mistificação em torno da independência do Banco Central,

inclusive propositalmente difundida pelo atual governo. O texto da Constituição de 1988 diz o que reza a “bíblia”. A função mais importante é manter a estabilidade do sistema financeiro, pois se há um colapso aí, todos os demais órgãos, públicos e privados, vão colapsar também. É a peça central, no sentido de posição, não de importância, do sistema econômico. Depois disso, o mandato do banco central é zelar pelo controle de inflação, para o que dispõe da taxa de juro Selic (de 1 dia), que baliza as taxas longas do mercado privado, dentre outros instrumentos, como compulsórios. A autonomia do BC é, de fato, diferente da independência. A autonomia vai até quando o Presidente da República quer. Se o Presidente do BC, sob a autonomia do atual BC, não se dispuser a baixar a taxa a taxa Selic, obedecendo o arroubo de uma Presidenta, poderá ser convidado a ceder a confortável cadeira a outrem.

A independência do BC não é, como a propaganda oficial quer fazer crer, uma carta branca para o Banco Central do Brasil servir aos bancos privados. (os bancos oficiais não precisam de ajuda, pois o Tesouro já o faz). A independência do Banco Central tem o objetivo de blindar a instituições da arrogância do ou da dirigente que pretende ser mais realista que o rei. Há regras e controle para se ter um banco central independente. Primeiro, normalmente, o Presidente da República indica o Presidente da instituição, o Senado aprova e pode, o poder Legislativo, eleito pelo povo, destituir, dentro das condições aprovadas em lei. Além disso, têm mandato, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Quem cuida do crescimento são os poderes públicos, através da geração de ambiente econômico favorável, instituições críveis e orçamento controlado. Em um mundo ideal, o Banco Central independente não precisa sequer aparecer nos jornais. A inflação é controlada e o país cresce o máximo possível, dadas as condições que tem.

Quanto ao financiamento, em geral, o próprio Banco Central se financia, mas os montantes são ligeiramente positivos ou negativos. O Banco Central é um ente público, sem fins lucrativos, e, certamente, tem crédito na praça. Se necessário, se poderia criar mecanismos de emissão limitada de títulos públicos da instituição, como já houve. Se todo o problema fosse esse, estaríamos felizes... ✓

